

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 9 – Janeiro/Junho -2015

ISSN 2179-6998

Revista da Universidade Ibirapuera

Universidade Ibirapuera

Reitor

Prof. José Campos de Andrade

Pró-Reitor Administrativo

Prof. José Campos de Andrade Filho

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Antônio Carlos Guedes-Pinto

Diretor Acadêmico

Prof. Alan Almario

Diretora Científica

Profa. Kilça Tanaka Botelho

Editora-Chefe

Profa. Camila Soares

COMITÊ EDITORIAL (UNIVERSIDADE IBIRAPUERA)

Prof. Alan Almario

Profa. Ana Carolina Santos

Profa. Camila Soares

Profa. Camilla Uzam

Profa. Carina Macedo Martini

Prof. Eduardo Colalillo

Prof. Glauco Belmiro Rocha

Prof. Guilherme Teixeira Coelho Terra

Profa. Jeicilene Rosana Costa-Fruituoso

Profa. Kilça Tanaka Botelho

Profa. Luciana Baltazar Dias

Profa. Milena Lobão Pinheiro

Profa. Maria da Penha Meirelles Almeida Costa

Prof. Rodrigo Toledo

Prof. Rodrigo Cunha da Silva

CONSULTORES CIENTÍFICOS

Profa. Adriana Maria Fraiha Monteiro – Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Alessandra Corsi – Instituto de Pesquisas Tecnoló-

gicas (IPT/USP)

Profa. Aurea Rodrigues - Universidade do Porto – Portugal

Profa. Elita Urano de Carvalho – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/USP)

Prof. Geraldo Jorge Mayer Martins – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Humberto Gracher Riella – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Julio Nelson Scussel - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Leandro Dos Santos Afonso – Universidade Bandeirante (UNIBAN)

Profa. Kênia Warmiling Milanez - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Kleberison Ricardo Pereira – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof. Rogério Ota – Universidade São Judas Tadeu

Profa. Sônia Maria Lanza – Centro Universitário FIEO (UNIFIEO)

EQUIPE TÉCNICA

Projeto Gráfico - Lincoln Schindler

Diagramação – Ricardo Gonçalves

Bibliotecário – Thiago Barreto (CRB-89340)

Áreas de interesse da revista

Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes

SUMÁRIO

ATIVIDADES INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

WANDA PEREIRA PATROCÍNIO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES INICIANTE NO ENSINO SUPERIOR

RODRIGO TOLEDO, MARIA DA PENHA MEIRELLES ALMEIDA COSTA, RODNEI PEREIRA

A TEORIA INSTITUCIONAL E SEUS REFLEXOS NAS UNIVERSIDADES

EDUARDO GOMES PEIXOTO COLALILLO, LUCIANA BALTAZAR DIAS, SEIMOR WALCHHÜTTER

RECONTANDO UM CONTO: UMA ENCANTADORA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

ALAN ALMARIO, CAMILA SOARES, CARINA MACEDO MARTINI

RÁDIO: UMA FERRAMENTA INTERATIVA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

CAMILLA DE PAULA UZAM, CARINA MARTINI, ALAN ALMARIO, CAMILA SOARES

O PAPEL DA ESTRATÉGIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

SEIMOR WALCHHÜTTER, RAFAEL BIFFARATE, GLAUCO BELMIRO ROCHA

EDITORIAL

O primeiro número de 2015 da Revista da Universidade Ibirapuera volta seu olhar para as áreas de saúde, educação e negócios.

Há o destaque para as produções resultantes dos conhecimentos adquiridos na pós-graduação lato sensu em Gestão Acadêmica e Universitária, oferecida pela Universidade Ibirapuera.

Já na área da saúde são abordadas discussões acerca do envelhecimento saudável.

A Revista da Universidade Ibirapuera continua a cumprir sua missão de divulgar pesquisas e fazer intercâmbios entre docentes de diferentes Universidades, numa benéfica parceria.

Desejamos a todos boa leitura.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof.^a Kilça Tanaka Botelho

Diretora Científica

Artigos científicos /
Scientific articles

ATIVIDADES INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Wanda Pereira Patrocínio

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unisal
Av. Almeida Garret, 267 - Campinas/SP
wanda@gerovida.com.br

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar as atividades integrativas e complementares visando ao envelhecimento saudável, com base na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC, 2006) e na política de envelhecimento ativo (OMS). As atividades relatadas foram realizadas durante a pesquisa de doutorado da autora e, posteriormente, reaplicadas em outros contextos e com diferentes grupos de idosos. As atividades apresentadas também serão discutidas à luz de outros trabalhos científicos. Com isso, espera-se que essas experiências possam contribuir para o campo da pesquisa e da prática interdisciplinar em saúde e para a área da Gerontologia aplicada.

Palavras-chave: Atividades; Envelhecimento Saudável; Práticas integrativas e complementares.

Abstract

This article aims to present the integrative and complementary activities aimed at healthy aging, based on the National Policy on Integrative and Complementary Practices (PNPIC, 2006) and active aging policy (WHO). The reported activities were carried out during the doctoral research of the first author and subsequently reapplied in other contexts and with different groups of elderly. The activities presented will also be discussed in the light of other scientific work. Thus, it is expected that these experiences can contribute to the field of research and practice interdisciplinary health and in the area of applied gerontology.

Keywords: Activities; Healthy Aging; Complementary and integrative practices.

1. Introdução

O envelhecimento saudável é um processo que envolve prevenção e controle de doenças; comportamentos de saúde (alimentação equilibrada, atividade física, sono, evitar fumo e álcool); atividade, produtividade e participação social; exercitar a memória e o raciocínio; ter objetivos e metas. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), os três pilares do envelhecimento saudável (ou ativo) são a saúde, a participação social e a proteção social e, mais recentemente (2010), foi agregado um quarto eixo baseado no treinamento contínuo (ou educação continuada).

Aliando educação e um dos pilares mais fortes para o envelhecimento saudável – a saúde, temos o conceito de promoção da saúde que objetiva a melhoria da saúde das pessoas de todas as camadas da população (Fleury-Teixeira et al., 2008; Candeias, 1997). A educação em saúde é o aspecto da promoção da saúde que focaliza a melhoria da saúde por meio de mudanças de comportamentos individuais (Green e Kreuter, 1999; Candeias, 1997).

Para que tudo isto seja efetivo na população idosa, o sistema público de saúde faz uso de atividades vigentes no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC, 2006). Essa busca incorporar e implementar as práticas integrativas e complementares dentro do SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.

Unindo os conceitos anteriormente citados, o objetivo desse artigo é apresentar as atividades integrativas e complementares com foco no envelhecimento saudável de idosos, com base na política de envelhecimento ativo (OMS). A maioria das atividades aqui relatadas foi realizada durante a pesquisa de doutorado da primeira autora.

Porém, de 2011 para cá, elas foram reaplicadas em outros contextos e com diferentes grupos de idosos, que tem resultado na ampliação e consolidação dos resultados. Além disto, as atividades apresentadas também serão discutidas à luz de outros trabalhos científicos.

Os temas a serem abordados serão: envelhecimento saudável, sono, automassagem, acupuntura, floral, lian gong, ritos tibetanos, tai chi chuan, argila medicinal, yoga, acupuntura e floral. O objetivo do texto é relatar formas de desenvolvimento destes temas para que outros profissionais possam se utilizar destas técnicas para realização de atividades práticas com idosos.

2. Desenvolvimento e discussão das atividades

Tem crescido a procura e o uso de práticas integrativas e complementares para manutenção, prevenção e o cuidado diário da saúde, haja vista, por exemplo, a criação da PNPIC (2006), criada para ser inserida no atendimento público no Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNPICa busca incorporar e implementar as práticas integrativas e complementares dentro do SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde. Em avaliação realizada em 2006 (PNPIC, 2006), as práticas que estavam sendo mais realizadas no território brasileiro eram reiki, lian gong, tai chi chuan, automassagem, shiatsu, yoga, shantala, tuiná e lien chi. Tais práticas vêm sendo muito procuradas nos municípios em que foram implantadas e têm se destacado ao promover mudanças em hábitos de vida e estimular a participação ativa da pessoa em face da sua doença (Machado, Pinheiro e Guizardi, 2006).

Nagai (2005) estudou a experiência da implantação de métodos terapêuticos tradicionais, complementares e alternativos na rede básica de serviços de saúde de Campinas. A autora acredita que a atualização dos trabalhos de

pesquisa realizados em diferentes países e no Brasil vem comprovando a importância de refletir sobre as mudanças que ocorrem no processo de cuidar e de ser cuidado frente a uma nova conceituação, que adota uma postura integral e naturalística diante da saúde e da doença verificada na área da saúde.

Estas práticas podem ser inseridas na vida de adultos e idosos que precisam de um acompanhamento para cuidado e manutenção da saúde. Serão descritas as práticas inseridas na PNPIIC e outras com base na experiência prática das autora:

3. Envelhecimento saudável

Nesta atividade o profissional perguntará para os participantes o que costumam fazer no dia a dia que pode ser exemplo de viver bem e com saúde, buscando saber também se fazem uso de alguma prática integrativa e complementar em seu dia a dia. Num primeiro momento, os idosos serão convidados a pensar sobre três aspectos, ações ou atitudes que podem ser exemplos de alegria, prazer e saúde na velhice. Em seguida, em grupos de três pessoas, cada um falará sobre as escolhas feitas, discutindo todas as opiniões; após discussão cada grupo selecionará as cinco ações primordiais para viver uma vida melhor e anotarão em uma folha. Finalmente, cada grupo fará a sua apresentação e a turma toda discutirá e participará da exposição realizada. Em grupos com menos integrantes, o segundo momento pode ocorrer de forma diferente: no grupo, cada um falará sobre as escolhas feitas, após todas as apresentações; as proposições dos participantes serão anotadas pelo profissional responsável pelo grupo; em seguida, as opções serão lidas e cada um priorizará uma ação para viver uma vida melhor; as escolhas serão registradas e discutidas no grupo. O resultado das discussões pode ser publicado na internet, por exemplo, em blog ou facebook, com o título "Dicas de pessoas que já passaram da sexta década de vida e que buscam viver a vida da melhor forma possível".

4. Sono

Pode-se promover uma conversa para levantar as condições de sono dos participantes. Como dormem (bem ou mal, se têm dificuldades para iniciar o sono ou mantê-lo pela madrugada, se dormem muito ou pouco, se acordam cansados ou dispostos) e o que fazem quando têm dificuldades para dormir. Pode-se realizar leitura do texto Sono e Envelhecimento (Freitas, 2008), com discussão, explicação e troca de informações.

No formato de oficinas, o tema sono e envelhecimento pode ser realizado com os seguintes conteúdos: oficina 1 - alteração do relógio biológico que acontece com o processo de envelhecimento e sua influência na quantidade e qualidade do sono em idosos. Como atividade vivencial realizar uma prática de automassagem que prepara o corpo para um sono reparador; oficina 2 - alterações no sono que ocorrem com o processo de envelhecimento. Como atividade vivencial realizar exercícios de relaxamento e vivência com músicas relaxantes; oficina 3 - apresentar alguns alimentos que podem ajudar e outros que podem atrapalhar para um sono com qualidade. Como atividade vivencial os participantes podem conhecer óleos essenciais que possuem efeito relaxante e como utilizá-los; e vivenciar técnicas de respiração da yoga para insônia; oficina 4 - aprender a como avaliar a qualidade do sono e realizar atividade prática de massagem em áreas reflexas que induzem ao relaxamento (reflexologia).

Estas atividades foram realizadas com grupos de idosos da cidade de São José do Rio Preto, em 2015, com oficinas de 2 horas para cada grupo de temas.

Como atividade vivencial realizar exercícios de relaxamento e vivência com músicas relaxantes; oficina 3 - apresentar alguns alimentos que podem ajudar e outros que podem atrapalhar para um sono com qualidade. Como atividade vivencial os participantes podem conhecer óleos essenciais que possuem efeito relaxante e como utilizá-los; e vivenciar técnicas de respiração da yoga para insônia; oficina 4 - aprender a como avaliar a qualidade do sono e realizar atividade prática de massagem em áreas reflexas que induzem ao relaxamento (reflexologia).

5. Automassagem

Trata-se de prática de prevenção em saúde. Os participantes serão orientados a percorrer o próprio corpo com as mãos, aplicando diversos tipos de toques em pontos específicos – pressão, amassamento, deslizamento ou percussão com o objetivo de aliviar tensões e provocar relaxamento. O profissional a aplicar esta atividade deve ser um massoterapeuta ou que tenha passado por uma capacitação específica para ensinar este tipo de técnica.

O estudo de Ribeiro et. al. (2012) teve como objetivo analisar os efeitos de vivências de automassagem em um grupo de idosos institucionalizados. Como resultados apontaram que as falas dos idosos mostraram que a automassagem gerou imagens de bons momentos de suas vidas, bem como promoveu sensações de aquecimento corporal e bem-estar. Os autores concluem que vivências de automassagem são importantes para o idoso, visto que, é um meio para a estimulação de bem estar e prazer em sua vida.

6. Lian gong

É um sistema de prática corporal difundido no Brasil por Lee (2004), adotado pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (2006) e implantado em diversos centros de saúde no território brasileiro. Essa prática tem objetivos terapêuticos e focaliza os exercícios físicos como um recurso medicinal que, além de prevenir e contribuir para o tratamento das doenças, ajuda o paciente a tornar-se ativo em relação à redução de seus problemas de saúde. Geralmente, o profissional que realiza esta atividade nas unidades básicas de saúde é o agente comunitário de saúde, porém profissionais que queiram desenvolver esta atividade é possível se capacitar para tal.

Santos (2009) relata que a prática do Lian Gong foi implantada no município de Suzano (SP) há mais de 10

anos, como estratégia de promoção da saúde com ênfase na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis, em especial hipertensão arterial e diabetes. O município conta com três mil praticantes nos quarenta grupos regulares espalhados por toda a cidade, que realizam a prática pelo menos três vezes por semana. Um questionário aplicado em 2005 revelou que os praticantes perceberam a redução no uso de medicação, a melhora do humor e do convívio social. Segundo a autora a atividade tem a adesão principal de pessoas com idade acima de 50 anos e favorece o vínculo entre a Unidade Básica de Saúde e os idosos de sua área de abrangência.

Ritos tibetanos: são cinco exercícios corporais que promovem saúde e vitalidade, relacionados aos sete chacras energéticos do corpo, com base em Kelder (2002). Esta prática não é muito conhecida / difundida, porém foi aplicada na pesquisa de Patrocínio (2011) e trouxe benefícios para o autocuidado dos participantes, além de benefícios para a própria pesquisadora que os pratica com regularidade. É uma prática simples e o livro citado (Kelder, 2002) pode ser encontrado em pdf na internet.

Tai chi chuan: arte marcial chinesa, reconhecida como uma forma de meditação em movimento. Foi adotada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (2006) e implantada em diversos centros de saúde no território brasileiro. Gomes, Pereira e Assumpção (2004) resumiram os resultados de pesquisa sobre o Tai Chi Chuan apresentados na literatura. Foram selecionados 41 artigos publicados na base de dados MEDLINE entre 1989 e 2002. Segundo os autores o Tai Chi Chuan é um exercício de intensidade moderada que, em pessoas idosas, tem mostrado melhora do equilíbrio, promoção de estabilidade postural, melhora da função cardiovascular e ventilatória, reabilitação de pacientes com infarto agudo do miocárdio e artrite reumatoide, e redução da dor e do estresse. Além de ser benéfico no controle mental e flexibilidade, melhorando a força muscular e reduzindo o risco de quedas no idoso.

Mais recentemente, Chao et. al. (2012) investiga-

ram o efeito da prática do Tai Chi Chuan (TCC) sobre a resistência aeróbia de idosas sedentárias. Os resultados mostraram que houve aumento da resistência aeróbia das idosas analisadas após 12 semanas de prática de TCC, demonstrado tanto por meio do teste de caminhada de seis minutos quanto no teste de marcha estacionária de dois minutos. Os autores concluíram que a prática do TCC é capaz de promover aumento da resistência aeróbia de idosas sedentárias.

7. Argila medicinal

A utilização da argila terapêutica, segundo Brüning (2003) é indicada para alívio de dores (dor de cabeça, muscular, etc.), incômodos físicos (febre, artrite, queimaduras) e até para tratamento de doenças mais graves. O profissional precisa ter conhecimento e experiência com esta técnica. Pode-se realizar apresentação teórica sobre os fundamentos, as propriedades e as formas de utilização da argila medicinal; após isto, fazer preparação da pasta de argila com demonstração e os cuidados a serem tomados. Os idosos podem ser envolvidos em atividades de preparação da pasta de argila, de aplicação e de remoção no próprio corpo. Ao final, é importante explicar que esse procedimento é um trabalho preventivo e para alívio de dores, que é possível utilizá-la para tratamento de doenças desde que com orientação e acompanhamento profissional além de sempre existir a necessidade de buscar diagnóstico médico para problemas de saúde.

Esta atividade foi realizada na pesquisa de Patrocínio (2011) e reaplicada com grupos de idosos nos seguintes locais: Santo André (2012), Araraquara (2015) e Hortolândia (2015). Nesta última, aplicamos um questionário antes de iniciarmos os encontros e um questionário após o fim das aulas. Foram realizados quatro encontros de duas horas com explicações sobre o uso da argila terapêutica e aplicações práticas em todos os encontros. Participaram 20 pessoas acima de 55 anos, sendo que 90% delas já tinham ouvido falar da argila e apenas 15% não apresentava algum problema de saúde.

Em relação à avaliação subjetiva de satisfação com a vida, antes das aulas 95% dos participantes respondeu entre mais ou menos e bem satisfeito. No questionário pós-curso as respostas melhoraram, sendo a mesma porcentagem (95%) entre bem e ótimo. Quando perguntados se o uso da argila melhorou alguma dor ou incômodo em seu corpo, 70% respondeu que sim, 25% não sabiam ou não usou e 5% não tiveram melhoras. Por fim, todos os participantes disseram que pretendiam continuar a fazer uso da argila terapêutica em sua vida ou para ajudar seus entes queridos.

8. Yoga

Disciplina hindu baseada em posturas corporais e no controle da respiração, que visa a estabelecer o equilíbrio entre a mente e o corpo pelo desenvolvimento da consciência corporal (Hermógenes, 2003). Essa prática, segundo Aquini (2010) teve sua origem na cultura indiana há cerca de 5000 anos e atualmente amplia o seu campo de atuação para as mais diversas faixas etárias, especialmente para o idoso. A pesquisa da autora propôs práticas desta modalidade para pessoas idosas, com enfoque em uma melhor qualidade de vida; além disto, buscou integrar, como alternativa, essas práticas nos programas de saúde realizados em universidades, em prefeituras e em centros de convivência.

O principal objetivo do estudo consistiu em revelar e interpretar a percepção de idosos sobre os efeitos que obtiveram com a prática de yoga. Após a realização de uma intervenção de Hatha Yoga e Yogaterapia com duração de vinte meses entre 2008 e 2009, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 27 idosos. Os resultados mostraram diversos efeitos da prática de yoga. A nível físico, a autora destacou o equilíbrio do organismo e melhora dos sistemas corporais – principalmente o digestório, respiratório, nervoso e locomotor –, o alívio da dor, o aumento da flexibilidade, o despertar da consciência corporal, a prevenção de insônia, maior disposição, sensação de leveza e bem-estar geral; a nível psicoemocional destacou-se o relaxamento, a melhora da concentração e memória,

a sensação de paz, calma e tranquilidade e um controle maior sobre a ansiedade; e a nível sócioafetivo, foram encontradas categorias que valorizam o convívio social e a importância do grupo.

No estudo de Silveira, Lodovici e Bitelli (2013) sobre a Faculdade da Idade da Razão (FIR) do Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (FIG-Unimesp de Guarulhos), que existe desde 2004 e, a cada ano, reinicia suas atividades com grupos de alunos situados na faixa etária acima dos cinquenta anos. Os resultados obtidos revelaram que a adesão à FIR permitiu que se considerassem algumas atividades como de maior interesse ou prazerosas, tais como yoga, pilates, dança, excursões e espanhol, além de aulas de informática. As autoras afirmam que, de modo geral, a experiência tem comprovado que envelhecer também pode ser sinônimo de saúde, produtividade, beleza, elegância e sensualidade, possibilitando a autovalorização e a melhoria do relacionamento familiar e social.

9. Acupuntura:

Pode ser descrita de várias formas. Uma delas é entendê-la como um método de inserção de agulhas ao longo dos canais de energia no corpo, basicamente com o intuito de aliviar dores e desconfortos físicos, além de equilíbrio emocional e energético.

O uso da acupuntura ainda é muito recente no trabalho específico com idosos. O estudo de Silva e Tesser (2013) teve como o objetivo investigar a experiência de usuários de acupuntura do SUS de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, sobre seu tratamento, incluindo sua percepção sobre eficácia, redução do uso de medicamentos, orientações recebidas, mudanças no autocuidado e nos modelos explicativos dos usuários, do ponto de vista da medicalização. Foram 30 participantes, sendo que um terço deles tinha acima de 55 anos. Observaram-se rele-

vantes resultados terapêuticos nas queixas principais, no sono, na disposição, no estado emocional e diminuição do uso de fármacos. Estes resultados mostram que é possível utilizar esta técnica com idosos haja vista que as queixas que obtiveram melhora são muito comuns na velhice.

10. Floral:

O objetivo da terapia floral é o equilíbrio das emoções do paciente. Ou seja, procura diminuir ou eliminar o estresse, depressão, pânico, desespero, sentimentos de culpa, cansaço físico ou mental, solidão, tristeza, indecisão, sensibilidade excessiva, ciúmes, ódio, mágoas, medos, ansiedades e preocupações que uma pessoa esteja sofrendo.

Cozin (2009) realizou um estudo envolvendo o uso dos Florais de Bach com idosos, acreditando que estes florais buscam suprir as necessidades emocionais dos indivíduos, incluindo a autoestima, degradada em muitos idosos pela falta de autoconfiança e autorrespeito que vivenciam. Acreditando que as essências florais são capazes de estimular comportamentos e atitudes positivas e aumentar a percepção e compreensão dos sentimentos, a autora optou por avaliar a efetividade dos Florais de Bach na melhora da autoestima de idosos. Desenvolveu um estudo experimental, tipo ensaio clínico, triplo-cego, com 67 idosos atendidos em dois ambulatórios de geriatria de São Paulo, 35 alocados no Grupo Experimental e 32 no Grupo Placebo.

Estes idosos participaram de três atendimentos em Terapia Floral, um a cada 45 dias nos quais se avaliou a autoestima e se registrou os relatos de evolução dos problemas e sentimentos relacionados à autoestima. Como resultados a autora observou melhora da autoestima em ambos os grupos de estudo, porém no Grupo Experimental observou-se tendência progressiva de melhora enquanto que no Grupo Controle a autoestima sofreu melhora imediata e manteve-se inalterada.

Acredita-se que o relacionamento terapêutico estabelecido durante os atendimentos foi capaz de melhorar

a autoestima dos idosos do Grupo Placebo, porém somente os Florais forneceram subsídios ao indivíduo trabalhar sua autoestima efetivamente. Reforçando isto, somente no Grupo Experimental observou-se evolução positiva do bem-estar geral relatado pelos idosos.

11.Considerações finais

De modo geral as atividades realizadas com o uso das práticas integrativas e complementares são avaliadas positivamente pelos participantes, pois se revertem em aprendizados que se mantêm após o término das aulas. Na pesquisa de Patrocínio (2011), 81% dos participantes relataram que continuava a colocar em prática algum aspecto aprendido.

O desenvolvimento de atividades realizadas de forma multidisciplinar, com conteúdos adequados e de interesse dos idosos mostra a prática do conceito de educação em saúde, que visa à mudança de comportamentos individuais. Os resultados sugerem que intervenções desse tipo podem favorecer a saúde física e mental de idosos. Estas atividades podem contribuir com outros programas, de modo especial com relação à metodologia de ensino e à forma de desenvolvimento dos conteúdos temáticos, descritos de modo a possibilitar o aproveitamento por profissionais. Para a área da educação em saúde, os conteúdos podem contribuir com profissionais que atuam diretamente com idosos.

O resultado das diversas experiências apresentadas anteriormente dá relevo a um tema importante no campo da prática interdisciplinar em saúde e na gerontologia aplicada - as atividades integrativas e complementares a serem realizadas com grupos de idosos. As pesquisas e atividades aqui relatadas pretenderam apresentar as experiências vivenciadas neste universo, mostrando a importância destas ações para a qualidade de vida e para o envelhecimento saudável dos idosos.

12.Referências

Aquini, S. N., (2010). O Yoga e o idoso: rumo ao alto da montanha – os efeitos da prática de yoga de acordo com a percepção de idosos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Florianópolis.

Brasil. Ministério da Saúde (2006). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS. Brasília (DF): Ministério da Saúde.

Brüning, J. (2003). Existem doenças incuráveis?: Bioenergia e saúde. (2ª ed.). Curitiba: Expoente.

Candeias, N. M. F. (1997). Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Revista de Saúde Pública*, 31(2).

Chao, C. H. N., Costa, E. C., Elsangedy, H. M., Savir, P. A. H., Alves, E. A., Okano, A. H. (2012). Efeito da prática do Tai Chi Chuan sobre a resistência aeróbia de idosos sedentários. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 15(4).

Freitas, D. C. C. V. (2008). Sono e envelhecimento. (Partes 1 e 2). Recuperado em 01 de setembro, 2009, de: <http://gerovida.blog.br/2008/05/04/sono-e-envelhecimento-par-te-1/>

Fleury-Teixeira, P., Vaz, F. A. G., Campos, F. C. C., Álvares, J., Aguiar, R. A. T. e Oliveira, V. A. (2008). Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 13(2).

Gomes, L., Pereira, M. M., Assumpção, L. O. T. (2004). Benefícios do tai chi chuan em idosos. *Revista Digital*, Buenos Aires, Año 10(78).

- Green, L. W. e Kreuter, M. W. *Health Promotion Planning: An Educational and Ecological Approach*. Mountain View (Califórnia): Mayfield Publishing Company, 1999. Terceira Edição. *Book Reviews in Public Health Agency of Canada (PHAC)*, 21(1).
- Hermógenes. (2003). *Saúde na terceira idade: ser jovem é uma questão de postura*. (11ª ed.). Rio de Janeiro: Record/Nova Era.
- Kelder, P. (2002). *A fonte da juventude*. São Paulo: Best Seller.
- Lee, M.L. (2004). *Lian gong em 18 terapias: forjando um corpo saudável: ginástica chinesa do Dr. Zhuang Yuen Ming*. São Paulo: Pensamento.
- Machado, F. R. S., Pinheiro, R. e Guizardi, F. L. (2006). As novas formas de cuidado integral nos espaços públicos de saúde. In: Pinheiro, R. e Mattos, R. A. *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, ABRASCO.
- Nagai, S. P. (2005). *Terapias Complementares e Alternativas no processo de cuidar: análise das representações sociais dos profissionais da rede pública de saúde do município de Campinas*. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- OMS – World Health Organization. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Suzana Gontijo, Trad.
- Patrocínio, Wanda P. (2011). *Descrição e análise dos efeitos de um programa de educação popular em saúde dirigido a idosos comunitários*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ribeiro, C. R. F., Gomes-da-Silva, P. N., Guedes, M. B. S., Lima, F. L. A., Costa, S. B. (2012). Efeitos de vivências de automassagem em idosos institucionalizados. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, 11(4).
- Santos, C. (2009) *Promoção da saúde através da prática de atividade física Lian Gong*. *Saude soc.*, São Paulo, 18(1).
- Cozin, S. K. *Idosos e Florais de Bach: em busca do restabelecimento da autoestima*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- Silva, E. D. C. e Tesser, C. D. (2013). Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 29(11).
- Silveira, N. D. R., Lodovici, F. M. M., Bitelli, F. S. P. G. (2013). Atividades educacionais participativas e seus efeitos benéficos, na vida pessoal e social, de pessoas idosas — caso da Faculdade da Idade da Razão (FIR/FIG/UNIMESP). *Revista Kairós Gerontologia*, 16(5).

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PROFESSORES INICIANTE NO ENSINO SUPERIOR

Rodrigo Toledo¹, Maria da Penha Meirelles Almeida Costa¹,
Rodnei Pereira²

¹ Universidade Ibirapuera – UNIB

² Centro Universitário Assunção - Unifai

Av. Interlagos, 1329 – São Paulo/SP

rodrigo.toledo@ibirapuera.edu.br

Resumo

O artigo discute a construção da identidade profissional de professores iniciantes no ensino superior. Por meio de uma revisão bibliográfica e com base na experiência dos autores como coordenadores de cursos superiores, o trabalho pautou-se em conceitos como identidade (Ciampa, 2001); identidade profissional (Dubar, 2005; Tardif, 2000; Lüdke, 2004). Correlacionou-se essa discussão com os conceitos de profissionalidade docente conforme as propostas de Almeida (2006), Príncipe, Pereira e Passos (2015) e Roldão (2005). Os resultados apontam que a docência universitária carece de uma moralização, do ponto de vista das condições de trabalho e carreira para que seus professores possam se desenvolver profissionalmente e para que se percorram inovações curriculares e didáticas.

Palavras-chaves: Docência, Identidade Profissional, Profissionalidade Docente.

Abstract

The article discusses the construction of professional identity of beginning teachers in higher education. Through a literature review and based on the experience of the authors as coordinators of higher education, the work was guided by concepts like identity (Ciampa, 2001); professional identity (Dubar, 2005; Tardif, 2000a; Lüdke, 2004). Correlated this discussion with the concepts of teaching profession as the proposed Almeida (2006), Princepe, Pereira and Passos (2015) and Roldão (2005). The results show that university teaching needs a moralization, from the point of view of working conditions and career for their teachers to develop professionally and made to traverse curricular and instructional innovations.

Key-words: Teaching in higher education. Professional identity. Teacher professionalism.

Para um professor iniciante a própria construção do autoconceito de docência é o primeiro desafio imposto pela nova tarefa. Lüdke (2004) afirma que o professor é o fiel depositário da cultura, mas ele não transmite a cultura simplesmente, ele deve ser capaz de estabelecer elos entre os diversos saberes presentes no mundo, compreender como foram construídos, reconhecer suas diferentes interpretações e, conhecendo os estudantes, situá-los em seu contexto sócio histórico.

Encarar os desafios propostos pela docência não se apresenta como tarefa fácil. Alguns pesquisadores nos encorajaram a enfrentar esse desafio, entre eles destaque Furlanetto (2003), que evidencia que não só os conhecimentos disciplinares dão sustentação ao exercício da docência:

O lugar onde o professor constrói respostas para os desafios impostos pela prática aos poucos vai sendo explorado, desdobrado e ampliado. O professor toma decisões, processa informações, atribui sentidos, fundamentado no que conhece e sabe; sua subjetividade é composta por uma mescla e teorias, vivências, crenças e valores. (FURLANETTO, 2003, p. 12).

Diante dessa afirmação de Furlanetto, emerge a seguinte questão: Como estruturar uma identidade profissional docente articulada à identidade pessoal? Para tentar responder essa questão, faz-se necessário refletir sobre os conceitos de identidade, identidade profissional e profissionalidade.

Com base nos pensamentos de autores como Ciampa (2001), Dubar (2005), Freitas (2006) e Lemos (2009), podemos inferir que a Identidade se constitui a partir da atividade humana bem como da ação do sujeito no mundo, o que possibilita a apropriação e o sentido dado aos papéis sociais que irá desempenhar.

Para Fortes (2008), a identidade é um processo inacabado de continuidade, ruptura e superação da cons-

tituição de um sujeito nas suas relações biográficas e relacionais, mediadas pelos significados e sentidos que ele atribui a si, ao seu ser e agir, bem como ao seu lugar no mundo.

Já para autores como Pimenta (1999), Tardif (2000a), Lüdke (2004) e Garcia (2009), a identidade profissional docente pode ser compreendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando em uma série de representações que o docente faz de si mesmo e de suas funções, e que o mundo faz dele. Ele estabelece, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte sua trajetória, sua condição concreta de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes.

Diante dos saberes que serão necessários para que o professor apreenda e mobilize no exercício da sua atuação docente, é necessário refletir sobre a intersecção da sua identidade profissional, já constituída, com a sua identidade docente - em processo de construção -, o que é comumente evidenciado nas práticas dos professores iniciantes do ensino superior.

Dubar (2005) afirma que os diversos papéis que um trabalhador desempenha ao longo da vida constroem sua identidade profissional e ainda afirma que a Identidade deve ser entendida como algo de grande valia para qualquer pessoa, pois “a perda da Identidade é sinônimo de alienação, sofrimento, angústia e morte.” (DUBAR, 2005, p. 13).

Para ele, a identidade é construída por sucessivas socializações, num movimento entre o pessoal, o subjetivo e o social. Para ele, a “socialização inicial” ocorre durante a infância, com a apropriação de valores, regras e signos: [...] oriundos da família de origem e também do universo escolar e dos grupos etários nos quais as crianças realizam suas primeiras experiências de cooperação. [...] Essa socialização também contribui para fornecer as referências culturais a partir das quais os indivíduos terão de identificar seus grupos de pertencimento e de referência, interiorizar

seus traços culturais gerais, especializados, opcionais e individuais [...] antecipar suas socializações posteriores. (DUBAR, 2005, p. 329).

Mas, segundo ele, dentre as múltiplas dimensões que a identidade assume, a profissional merece destaque: Por se tornar um bem raro, o emprego condiciona a construção das Identidades sociais; por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas; por acompanhar cada vez mais todas as modificações do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias por muito tempo além do período escolar. (DUBAR, 2005, p. XXVI). O autor aponta momentos distintos das configurações identitárias – momentos esses que não aparecem necessariamente em todas as carreiras profissionais. São eles: Momentos da construção da identidade correspondendo tradicionalmente à formação profissional [...], momento da consolidação da Identidade ligada à inserção e à aquisição progressiva da qualificação nos planos de carreira profissionais [...] momento do reconhecimento da Identidade, pautado pelo acesso à responsabilidade nas camadas empresariais [...], momento de envelhecimento da Identidade e da passagem progressiva à aposentadoria. (DUBAR, 2005, p. 327).

Dubar afirma que, para a compreensão da identidade profissional, devemos nos ater primeiramente para a Identidade para Si, que é o entendimento que o indivíduo tem de si mesmo, o que pensa ser, ou gostaria de ser em relação com sua trajetória como pessoa.

Josso (2007) contribui para o entendimento da identidade para si, afirmando que a construção da identidade ou da formação de si põe em cena um sujeito às voltas com os contextos e com ele-mesmo, numa tensão permanente entre os modelos possíveis de identificação e as aspirações à diferenciação e à singularização, sendo elas as fontes de criatividade social e coletiva.

Outro conceito importante para Dubar (2005) é a identidade para outro, que é a construção elaborada na relação com o outro, ou seja, o que o outro diz que sou, a Identidade que o outro sujeito me atribui. É na articulação desse processo de construção de identidade para si e para

o outro que ocorre a atribuição de papéis na sociedade bem como a interiorização do momento histórico em que vivo e no qual me constituo como pessoa. Dubar (2005) afirma que, além da relação com o outro, o trabalho constitui um espaço para ocorrência das negociações identitárias, as quais contribuem para a estruturação das Identidades profissionais.

Diante disso, Gatti et al. (2007) afirmam que podemos analisar que a identidade profissional resulta das relações com o outro e das interações no trabalho, fundadas nas negociações exigidas no cotidiano, nas relações estabelecidas e nas interações do trabalho.

Para que possamos pensar sobre a profissionalidade, valemo-nos de Roldão (2005) que conceitua o termo como “o conjunto de atributos socialmente construídos que permitem distinguir uma profissão de outros muitos tipos de atividades, igualmente relevantes e valiosas” (p.108).

Para Almeida (2006) a profissionalidade pode ser definida como processo de construção e reconstrução das respostas práticas (saberes profissionais) dos docentes frente às questões que se apresentam na sala de aula, na escola, na relação com os demais profissionais, com os pais, com a sociedade e que se traduz na reconfiguração do modo de ser professor e de estar na profissão (p.84).

Os atributos concernentes à profissionalidade, atribuídos por Almeida, reforçam a os apontamentos realizados por Roldão, contribuindo assim para a compreensão da afirmação de que a profissionalidade diz respeito àquilo que é específico na ação docente, devendo ser contextualizada, conforme afirma Sacristán (1993), de acordo com o momento histórico concreto e com a realidade social que o conhecimento pretende legitimar.

No que se refere ao professor de ensino superior, para Fondón, Madero e Sarmiento (2010) citando Gross e Romana (2004), nas últimas décadas está se prestando mais atenção aos problemas enfrentados por aqueles que estão no início da carreira. A relevância de se compreender esses problemas se deve ao fato que a entrada na carreira

é um momento crucial para a constituição da identidade profissional docente

Em seu processo de inserção profissional, o professor iniciante se encontra em um período repleto de angústias, incertezas e inseguranças. O “choque de realidade” pelo qual passa esse professor, diante da dicotomia entre o pensado e o vivido por ele, no que se refere ao perfil dos alunos, à prática pedagógica e à cultura institucional, trazem temores e dúvidas, necessidade de ajuda e companheirismo (Ruiz, 2008, p. 177).

Essa reflexão está alinhada com Tardif (2000a) na medida em que busca pesquisar os saberes mobilizados e empregados na prática cotidiana do por professores e suas interlocuções com a identidade profissional docente.

Em direção semelhante, Pereira (2005) nos auxilia a compreender o percurso da prática profissional para a sala de aula, indicando que, para fazer bem (alguma coisa), é preciso que se conheça o que se faz e, para se saber bem, é preciso que se tenha competência para fazer.

Essa discussão encontra relevância no atual contexto de expansão dos números de vagas ofertadas no Ensino Superior, sobretudo diante dos investimentos dos programas financiados pelo Governo Federal, sendo o mais reconhecido o Programa Universidade para Todos (PROUNI), segundo Souza e Menezes (2015).

Sguissardi (2008) alerta que o crescimento do ensino superior está diretamente ligado a um processo de mercadorização. O autor lembra que desde 1997, legalmente, a educação superior passou a ser considerada um bem de serviço comercializável. Com isso, a proliferação de instituições privadas, inclusive entidades de capital financeiro internacional aberto passaram a oferecer serviços educacionais em nível superior, no Brasil.

Compreender o contexto no qual a identidade profissional dos professores iniciantes no ensino superior é construída é fundamental para que se apreenda as múltiplas determinações desse empreendimento. Boutinet (1999) afirma que o momento histórico complexo e impre-

visível em que vivemos levará o homem a defrontar-se com situações difíceis e desestabilizadoras que afetarão sua identidade como pessoa e, conseqüentemente, sua identidade profissional. Com base no que foi exposto, infere-se que o processo formativo é sustentado por identificações profissionais que contribuem para o cultivo dos saberes para determinada prática.

No intento de construir algumas considerações finais, é possível perceber que os desafios enfrentados pelos professores iniciantes se voltam para a gestão pedagógica da sala de aula, o perfil dos alunos e as condições de trabalho, segundo Príncipe, Pereira e Passos, 2015.

Os autores destacam a ausência de programas de inserção à docência e para a falta de regulação sistêmica do trabalho desenvolvido pelas IES privadas, por parte do poder público. No caso brasileiro, observa-se a inexistência de tais programas nas universidades privadas, que são em maior número, e uma descontinuidade nas políticas de formação de professores universitários:

[...] alertamos para a necessidade de pesquisas que poderiam se dedicar a investigar como os programas de formação de professores universitários estão sendo desenvolvidos, considerando que se trata de um tema difuso na LDBEN 9.394/96, pois a formação de professores para o ensino superior ocorre em cursos de pós-graduação lato e strictu sensu, sem que tenhamos dados concretos de avaliação desta formação. (Príncipe, Pereira e Passos, 2015, p. 9).

Para os autores a docência universitária carece de uma moralização, do ponto de vista das condições de trabalho e carreira para que seus professores possam se desenvolver profissionalmente e para que se percorram inovações curriculares e didáticas.

Nesse sentido, é importante alertar as Instituições de Ensino Superior, que são responsáveis pelo trabalho dos professores, de que um novo professor está presente em suas salas de aula e que ele merece uma atenção especial, pois as aproximações e os distanciamentos entre a identidade pessoal e a identidade profissional não podem

ser realizados individualmente por cada docente, mas requerem uma construção coletiva.

Isso não significa destituir o sujeito da sua autonomia, do seu “tempo subjetivo”, da sua responsabilidade ou do seu comprometimento com seu trabalho. O que defendemos é que o exercício da docência requer, além de mobilização de conhecimentos experienciais, outros conhecimentos que permitam ampliar a compreensão da ação e a ação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel. A reconstrução da profissionalidade docente no contexto das reformas educacionais: vozes dos professores da escola ciclada. In: SILVA, A. M. et al. Políticas educacionais, tecnologia e formação do educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: Edições Bagaço, 2006, p.83-107

BOUTINET, Jean-Pierre. A imaturidade da vida adulta. Porto: Portugal: Rés, 1999.

CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina. Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DUBAR, C. A crise das Identidades: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. A socialização: construção das Identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FORTES, V. M. R. B. A constituição do professor caboverdiano nas relações sociais e de trabalho. 2008. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, F. L. A constituição da identidade docente: discutindo a prática no processo de formação. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia Educacional) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FURLANETTO, E. C. Matrizes pedagógicas e formação docente. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009. p.1.112-1.121.

_____. Como nasce um professor: uma reflexão sobre o processo de individuação e formação. São Paulo: Paulus, 2003.

GARCIA, C. M. A identidade docente: constantes desafios. Revista Brasileira de Pesquisa sobre formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009.

GATTI, B. A. et al. Identidade profissional de professores: um referencial para pesquisa. In: Formação de professores e trabalho docente. Revista Educação & Linguagem. São Bernardo do Campo: Metodista, ano 10, n. 15, p. 269-283, 2007.

LEMOS, J. C. G. Do encantamento ao desencanto, da permanência ao abandono: o trabalho docente e a construção da identidade profissional. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, dez. 2004.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: Identidade e saber da docência. In: _____. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.

PRÍNCEPE, L. M.; PEREIRA, R.; PASSOS, L. F. A constituição da profissionalidade do professor iniciante em cur-

dos de licenciatura no Ensino Superior: uma análise dos desafios enfrentados no ingresso na carreira. ANAIS 11o Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. São João del-Rei, 2015. Disponível em: <http://www.anped-sudeste2015.com.br/trabalhos>. Acessado em 09 de Dezembro de 2015.

ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise: especificidades do ensino superior e não superior. UNESP: Revista anual do curso de Pedagogia e Programa de Pósgraduação, Presidente Prudente, v.12, n.13, jan/dez. 2005.

RUIZ, Cristina Mayor. El desafio de los profesores principiantes universitarios ante su formación. In: GARCIA, C.M. (coord.) El profesorado principiante – inserción a la docencia. Sevilla: Octaedro, 2008.

SACRISTÁN, Jimeno G. Consciência e Ação sobre a Prática como Libertação Profissional dos Professores. IN: NÓVOA, Antonio. Profissão Professor. Portugal: Porto, 1993. p. 63-92.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil -1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p.1021-1056, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-24, jan./fev./mar./abr. 2000a. TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 73, p. 209-244, 2000b.

A TEORIA INSTITUCIONAL E SEUS REFLEXOS NAS UNIVERSIDADES

Eduardo Gomes Peixoto Colalillo¹, Luciana Baltazar Dias¹, Seimor Walchhütter²

¹Universidade Ibirapuera

²Centro Universitário da FEI

Avenida Interlagos, 1329 – São Paulo/SP

eduardo.colalillo@gmail.com

Resumo

A organização, como ator social, adota comportamentos que podem modificar o ambiente institucionalizado, mas por outro lado, a definição deste comportamento não é uma decisão tomada pela organização de forma totalmente livre das influências e restrições do próprio ambiente. Assim, este trabalho tem por objetivo identificar a congruência entre as Universidades e o papel da educação na sociedade sob a ótica da Teoria Institucional, buscando a reflexão a respeito da dimensão social da educação. A teoria institucional permite enfatizar que as práticas atuais dentro da escolarização não são o que produz os resultados da socialização e da estratificação, as escolas são organizações que criam um conjunto de crenças sobre o poder da educação, tomado como certo.

Palavras chaves: Teoria Institucional, Educação, Dimensão Social.

Abstract

The organization, as a social actor, adopt behaviors that can modify the institutionalized environment, but on the other hand, the definition of this behavior is not a decision taken by complete freedom organization influences and constraints of the environment itself. This study aims to identify the congruence between the Universities and the role of education in society from the perspective of institutional theory, seeking reflection on the social dimension of education. Institu_

Keywords: Institutional Theory, Education, Social Dimension.

1. Introdução

A Teoria Institucional direciona o foco para a atuação das organizações no processo de institucionalização, não apenas como um executor passivo das determinações institucionais, mas como um ator que pode participar de sua composição e escolher como reagirá a elas. Também trata a questão da mudança das instituições e da desinstitucionalização, mostrando uma posição menos radical, onde as organizações continuam gozando de relativa estabilidade e longevidade, mas não aparecem mais como elementos imutáveis.

Oliver (1991) propõe algumas possibilidades de comportamentos a serem adotados pelas organizações diante das questões institucionais, como: concordar, compreender ou conceder, evitar, ou seja, ocultação ou disfarce de não conformidades, desafiar, e por fim, manipular.

Institucionalização é uma tipificação de ações tornadas habituais por tipos específicos de atores. Nesse sentido, ações em hábito são referentes a comportamentos e tais comportamentos são adotados por indivíduos ou grupos de atores dispostos a resolver conflitos (TOLBERT e ZUCKER, 1999). O Institucionalismo aponta a necessidade de se levar em conta as mediações entre estruturas sociais e indivíduos e suas manifestações coletivas, ou ainda as mediações entre estruturas sociais e comportamentos individuais (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

É fundamental destacar que a escolha por um ou outro comportamento é apresentada como uma decisão consciente e estratégica da organização, considerando seus interesses próprios, o contexto geral da situação em questão e também os riscos e oportunidades representados pela adoção de tal comportamento, o que, entre outras coisas, aumenta a importância das funções gerenciais estratégicas. Além disso, pode haver também a influência dos fatores institucionais (causa, agentes constituintes, conteúdo, mecanismos de controle e contexto das pressões institucionais) sobre a de-

finição do tipo de comportamento da organização. De fato, toda a discussão reforça o caráter mútuo desta influência: se, por um lado, a organização como ator social adota comportamentos que podem modificar o ambiente institucionalizado, por outro lado, a definição deste comportamento não é uma decisão tomada pela organização de forma totalmente livre das influências e restrições do próprio ambiente.

Esta influência mútua entre as organizações e o ambiente institucional também se evidencia no texto de Scott (2001), que fala sobre o processo de mudança dos padrões institucionais. O autor expõe alguns limites da teoria discutida até então, destacando a importância do estudo do processo de desinstitucionalização, através do qual um padrão é abandonado e um novo é instituído para substituir o anterior, que não é mais considerado eficiente para atender suas funções, ou seja, perde legitimidade. Fazendo uma analogia aos princípios discutidos na Teoria da Ecologia, ele usa a expressão "Ecologia das Instituições", sugerindo que os padrões institucionais também estão sujeitos a seleção natural: o ambiente, representado pelas pressões funcionais, políticas e sociais, também irá "selecionar" padrões institucionais que se mostrarem mais adequados e eficientes em atendê-lo.

Estas leituras nos remetem a questões associadas ao conceito de Cultura proposto por Schein (1984).

Para este, a Cultura Organizacional é um conjunto de pressupostos básicos que um determinado grupo inventou, descobriu ou desenvolveu para lidar com seus problemas de adaptação externa ou integração interna, que funcionou bem o suficiente para ser considerado válido e repassado aos novos membros do grupo como o modo correto de perceber, pensar e sentir em relação a estes problemas (SCHEIN, 1984).

Se aplicarmos este conceito as Universidades, poderemos refletir sobre a resistência que a cultura organizacional pode oferecer aos padrões institucionais externos, sempre que estes propuserem caminhos distintos daqueles que foram legitimados internamente pela história da mesma.

Isso poderia estimular a adoção de comportamentos mais resistentes. Analogamente, quando houver coerência

entre estes dois caminhos, a cultura seria uma forte aliada da implementação dos padrões institucionais, pois eles contribuiriam para legitimar os próprios elementos culturais. Se expandirmos o nível de análise para as “populações universitárias”, assumindo isomorfismo institucional, poderíamos pensar que estas organizações são agentes que desenvolvem e mantêm os padrões culturais de seu ambiente (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

São elas que legitimam as soluções, através da sua adoção e da constatação de sua eficiência em atender as necessidades, transformando-as em padrões. Também são elas que mantêm tais padrões ao transmiti-los aos novos membros da sociedade e que abrem o precedente para a emergência de novos padrões quando reconhecem a ineficiência do anterior. Aqui a mesma lógica que levou a institucionalização de algo, poderá ser usada para desinstitucionalá-lo.

Por outro lado, não podemos esquecer que as Universidades também incorporam padrões de racionalidade do ambiente, de forma que o nível da crítica que elas fazem as suas propostas não é totalmente isento da influência do próprio ambiente (DIMAGGIO, 1997).

Este estudo tem como objetivo identificar a congruência entre as Universidades e o papel da educação na sociedade sob a ótica da Teoria Institucional, buscando reflexão a respeito da dimensão social da educação.

2. Método

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa pela relevância aos aspectos específicos e das abordagens a partir da ótica da Teoria Institucional. Esta pesquisa pode ser classificada em dois aspectos: (1) quanto aos fins, como sendo exploratória, pois procura explicar, através de relevante revisão da literatura, o processo institucional pelo qual Universidades podem dialogar com a sociedade e (2) quanto aos meios a pesquisa, podendo ser caracterizada como bibliométrica, considerando que para a fundamentação teórica do trabalho, foi realizada investigação sobre o assunto pertinente ao tema de pesquisa (VERGARA, 2005).

3. Resultados

Diante dos achados, pode-se sugerir que a atuação consciente e bem-sucedida das Universidades frente ao ambiente institucional parte do pressuposto que estas conseguem ler adequadamente seu ambiente, compreendendo amplamente o significado e as implicações dos padrões institucionais propostos e mapeando riscos e oportunidades de resistir ou aderir a eles, assim como determinar o nível de eficiência dos mesmos, promovendo a seleção natural das instituições.

Assim, estas instituições incorporam reivindicações universalizadas ligadas as leis da natureza e de tipo moral. A ação econômica, educacional ou política é legitimada em termos de afirmações muito gerais acerca do progresso, justiça e de ordem natural. As diferenças que sobrevêm no interior das realizações locais são limitadas e permanecem no âmbito do contexto do quadro cultural mais amplo (MEYER, ROWAN 1997).

Conseqüentemente, retoma-se a reflexão a respeito da dimensão social do desenvolvimento e o papel da educação no contexto político e econômico, com o intuito de favorecer a sustentação de uma indústria criativa enquanto alicerce para a inserção do cidadão no contexto socioeconômico, visando a tornar natural a promoção da qualidade de vida a população.

4. Discussões e Conclusões

A educação aplicada de forma insuficiente pode ser responsabilizada direta ou indiretamente pela precária qualificação da mão-de-obra, sendo que o avanço da utilização da tecnologia é crescente em função da modernização e rápida comunicação e divulgação das informações pelas organizações. Em consequência, o mercado exige maiores capacitações e habilidades técnicas, sendo que o sistema de ensino vigente não acompanha de forma adequada a formação compatível e alinhada com as demandas desse mercado. Nesse quadro, é possível prever tensões na relação entre aprendizagem e qualificação profissional. De acordo com Rubinson (1994), “a escola de massas é, de forma simbóli-

ca, a chave de pertença na política moderna. A educação é o mecanismo que constrói indivíduos enquanto cidadãos e determina os seus legítimos lugares na estrutura social. A teoria institucional permite enfatizar que as práticas atuais dentro da escolarização não são o que produz os resultados da socialização e da estratificação; antes e, pelo contrário, as escolas são organizações rituais que criam um conjunto tomado como certo de crenças sobre o poder da educação” (RUBINSON e BROWNE, 1994).

5. Limitações do Estudo

De acordo com as técnicas de análise utilizadas, este estudo contribuiu com a evolução das pesquisas sociais através de um levantamento bibliométrico cujo objetivo foi identificar a relação entre a Teoria Institucional e o papel da educação dentro de um contexto social. Todavia, faz-se necessário um confronto entre a teoria estudada e dados coletados empiricamente, sejam eles de caso único ou múltiplos casos, em instituições de ensino pertencentes a várias regiões a fim de compreender melhor e trazer maior abrangência ao fenômeno, além da utilização de técnicas quantitativas, com correlações estatísticas profundas.

6. Referências

DIMAGGIO, P. J. Culture and Cognition. *Annual Review of Sociology*, v.23, p.263-87. 1997.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*. Vol.48. Issue 2, pp.147-160. April, 1983.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*. v. 83, n. 2, 1997.

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. *The Academy of Management Review*, v.16, n.1, p.145-169. 1991.

RUBINSON, R.; BROWNE, I. Education and economy. In: SMELSER, N.; SWEDBORG, R. (Org.). *Handbook of economy sociology*. Princeton: Princeton University Press, p. 581-599, 1994.

SHEIN, E. H. Coming to a New of Organizational Culture. *Sloan Management Review Winter* – Massachusetts Institute of Technology, 1984.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6a. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Tolbert, P. S., & Zucker, L. G.. A institucionalização da teoria institucional, In Clegg, S., Hardy, C., & Nordy, W. *Handbook de estudos organizacionais* (pp. 196-219). Tradução de Humberto F. Martins e Regina Luna S. Cardoso, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.

RECONTANDO UM CONTO: UMA ENCANTADORA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Alan Almario¹, Camila Soares¹, Carina Macedo Martini¹

¹Universidade Ibirapuera
Av. Interlagos, 1329 – São Paulo/SP
alan.almario@ibirapuera.edu.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a importância da interdisciplinaridade como elo para o melhor entendimento das disciplinas entre si e entre as áreas pedagógicas. Será apresentado como os conteúdos interagem em complementação. O estudo foi realizado por meio de pesquisas e aplicação prática com alunos dos primeiros semestres do curso de Pedagogia da Universidade Ibirapuera, nas disciplinas de Construção da Linguagem Oral e Escrita e Literatura Infantojuvenil, que resultou em uma publicação favorecendo o ensino, sua referida prática utilizada em sala de aula, além de conceitos como sociedade e cidadania.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, pedagogia, contos de fadas, linguagem, educação

Abstract

This article aims to analyze the importance of interdisciplinarity as a link to a better understanding of the disciplines to each other and pedagogical areas. Will be presented as the contents interact in complementation. The study was conducted through research and practical application with students of the first semester of the Ibirapuera University Faculty of Education, the construction disciplines of Oral and Written Language and Literature Children and Youth, which resulted in a publication promoting teaching, said his practice used in the classroom, as well as concepts such as society and citizenship.

Keywords: interdisciplinary, education, fairy tales, language, education

1. Introdução

São vários os significados atribuídos ao conceito de interdisciplinaridade e, apesar da grande variedade, é possível defini-la como a necessidade de interligação entre as diferentes áreas do conhecimento (Morin, 1990). Segundo Petraglia (1993), o interesse pela interdisciplinaridade surgiu na década de 60, na Europa.

No Brasil, o movimento começou a ganhar força um pouco depois, na década de 70. A procura pela interdisciplinaridade surgiu depois da divisão do saber, necessária à formação de especialização dos profissionais no contexto da industrialização da sociedade. Os conhecimentos foram agrupados em disciplinas e passaram a ser trabalhados separadamente uns dos outros. Quando isoladas dentro das especializações, as disciplinas podem não oferecer respostas aos problemas da sociedade. Dessa forma, tais questionamentos acabam sendo abordados, frequentemente, de maneira unidimensional e separada do contexto que os produz (Morin, 1990).

Por essa razão, os estudos sobre a necessidade da unificação do conhecimento seguem em discussão. O crescente interesse pelo estudo da interdisciplinaridade, atualmente, é verificado em várias pesquisas. Renomados autores brasileiros, influenciados pelos pensadores que os antecederam em tal debate, há anos, estudam a questão como articulação nos processos de ensino aprendizagem e superação da visão fragmentada do conhecimento (Martini, 2013).

Entre eles, Japiassu (1976) explica que um projeto interdisciplinar ocorre sempre que é possível incorporar os resultados de várias especialidades, fazendo uso dos conceitos e análises que se encontram nos diversos ramos do saber por meio de interação e convergência. Nesse sentido, busca-se estabelecer o sentido de unidade, de um todo na diversidade, mediante uma visão de conjunto, permitindo ao homem tornar significativas as informações que vem recebendo.

“Podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas”.

(Japiassu, 1976)

Os cursos de graduação em Pedagogia, para existirem, devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais próprias e o Parecer CNE/CP 001/2006, de 15 de maio de 2006. O Art. 3º há destaca a necessidade da fundamentação em princípios interdisciplinares. Neste sentido, (Favaração et al) defende que a educação deve ser entendida e trabalhada de forma a possibilitar que o aluno seja agente ativo, comprometido, responsável, capaz de planejar suas ações, assumir responsabilidades, tomar atitudes diante dos fatos e interagir no meio em que vive contribuir, desta forma, para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Assim, faz-se necessário que as universidades proporcionem a interdisciplinaridade por meio da eliminação da repetitividade. Para isso, o educador deve ter postura e atitudes criativas e de exploração no planejamento e na sala de aula. (Favaração, 2004). Neste sentido Paulo Freire (1979) expressava que “a liberdade é a matriz que dá sentido a uma educação, que não pode ser efetiva e eficaz senão na medida em que os educandos nela tomem parte de maneira livre e crítica”.

No momento, esse novo modelo de comunicação demanda um novo cenário de aprendizagem que extravase a sala de aula, com um currículo que ultrapasse as fronteiras disciplinares, daí, a relevância em conhecer a atuação dos docentes para oferecer indicações que auxiliem a comunidade acadêmica.

Para Fazenda (1999), “interdisciplinaridade não fica apenas no campo da intenção, mas na ação, que precisa ser exercitada”. Tal constatação induz a reflexão sobre a necessidade de professores e alunos trabalharem unidos, se conhecerem e se entrosarem para, juntos, vivenciarem uma ação educativa mais produtiva.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar as contribuições de uma atividade realizada numa proposta interdisciplinar (disciplinas de Literatura Infantojuvenil e Construção da Linguagem Oral e Escrita), integrando os estágios de concepção, planejamento, pesquisa, organização e avaliação do Projeto Recontando um Conto, realizado em 2013 com 23 discentes matriculados no 1º e 2º semestres matutino do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Ibirapuera.

2.A Literatura Infantojuvenil

A literatura infantil surge durante o século XVII em função de interesses educativos e moralizantes. Porém, a partir do século XVIII, a criança começa a ser percebida como um ser em formação. Zilberman (1986) afirma que neste panorama emerge a literatura infantil, destinada a contribuir para a preparação da elite cultural, por meio da adaptação dos clássicos e dos contos de fadas. Os primeiros livros surgiram com autores como La Fontaine e Charles Perrault, seguidos de Hans Christian Andersen e irmãos Grimm e Monteiro Lobato. Mas foi a partir dos anos 70 que a literatura infantil passa a ser valorizada na aquisição de conhecimentos, recreação, informação e interação.

O ensino da literatura infantojuvenil destaca-se por sua especificidade para a formação de leitores. Além disso, para uma pedagogia da inclusão social, a educação deve proporcionar à criança e ao jovem o desenvolvimento de uma consciência social. Nesse processo, em que leitura e sociedade não podem ser desvinculadas, a literatura infantojuvenil assume papel fundamental. Por meio dos primeiros contatos com esses textos, o estudante pode desenvolver o gosto pela leitura e, por conseguinte, despertar sua consciência crítica.

Entre tantos temas, houve a escolha pelos contos de fadas por sua importância dentro do imaginário infantil e por serem narrativas simples, porém, capazes de transmitir experiências subjetivas complexas ancoradas em princípios éticos universais.

As histórias infantis podem ser consideradas verdadeiras obras de arte, lembrando sempre que seus enredos falam de sentimentos comuns às pessoas, como: inveja, ambição, rejeição e frustração, que só podem ser compreendidos e vivenciados pela criança através das emoções e da fantasia. Os contos de fadas funcionam como instrumentos para a descoberta desses sentimentos. Para Abramovich:

“os contos de fadas estão envolvidos no maravilhoso, um universo que denota fantasia, partindo sempre de uma situação real, concreta, lidando com emoções que qualquer criança já viveu... Porque se passam num lugar que é apenas esboçado, fora dos limites do tempo e do espaço, mas onde qualquer um pode caminhar”. (Abramovich, 1995).

A autora ainda defende que ao trazer a literatura infantojuvenil para a sala de aula, o professor estabelece uma relação com a cultura e com a própria realidade. Por meio das histórias a criança pode trabalhar com a história a partir de seu ponto de vista, trocando opiniões sobre ela, assumindo posições frente aos fatos narrados, defendendo atitudes e personagens (Abramovich, 1995).

3. A Construção da Linguagem Oral e Escrita

Diversos diálogos de pesquisadores da aquisição da linguagem concordam que a linguagem é considerada a primeira forma de socialização. A visão cognitivista construtivista de Piaget entende a aquisição da linguagem a partir das do que é estabelecido através da relação entre a criança e o mundo. A visão interacionista social de Vygotsky considera os fatores sociais, comunicativos e culturais. Nessa perspectiva, a linguagem é atividade do conhecimento de mundo e assim criança se constrói como sujeito.

A partir do final da década de 50, os estudos de Noam Chomsky impulsionam os trabalhos em aquisição da linguagem, com base na posição de que a linguagem é inata. Chomsky foi responsável pela descoberta da Gra-

mática Gerativa. O inatismo de Chomsky defende que a criança já nasce com uma gramática internalizada e, a partir da fala dos adultos, vai moldando a sua própria.

Para Bakhtin (2000), dentro de uma dada situação linguística, o falante produz um conjunto de formas discursivas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Nesse cenário educacional, percebe-se que as teorias de aquisição de linguagem abrangem o papel dos gêneros textuais.

Nesse sentido, Todorov afirma que um gênero é sempre a transformação de outros gêneros por inversão, deslocamento ou combinação. Para Bakhtin, gênero é uma força dentro de uma determinada linguagem, um modo de organizar ideias, meios e recursos estratificados numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras.

A importância do contexto histórico para o domínio da linguagem foi abordado por Fiorin (2006). O autor esclarece que o trabalho de produção de texto em sala de aula por meio de gêneros não está limitado a atividades que os explorem como um conjunto de propriedades formais a que o texto deve obedecer. A partir dessa observação, entende-se que a língua, para exercer uma ação linguística sobre a realidade, precisa ser estudada através dos seus diferentes usos sociais, ampliando as capacidades individuais dos alunos e seu conhecimento a respeito dos gêneros textuais.

A observação do tipo de texto e do modo de expressão pode conduzir à identificação do contexto e do autor, sua visão sobre eventos e, principalmente sobre pessoas. Entre os gêneros inclui-se a história infantil, que em seu aspecto formal, também se apresenta como um importante estimulador de discussões (Soares, 2011). Quando usadas como ferramenta para a vida social, o trabalho com os textos em sala de aula assinalam o compromisso e o dever da escola em divulgar a linguagem prática social cidadã.

A escolha pelos contos de fadas também tem Todorov como arcabouço teórico. O autor argumenta que a capacidade estética deve ser desenvolvida para formar um leitor preocupado em articular o dentro e o fora do texto em oposição às 'construções abstratas' da crítica literária. (Todorov, 2009). Ele defende o contato do leitor com a obra literária.

3.A prática interdisciplinar - O Projeto Recontando um Conto

O trabalho foi desenvolvido com alunos dos primeiro e segundo semestres do curso de Pedagogia da Universidade Ibirapuera. Por meio da análise das matrizes curriculares e respectivos planos de ensino foi possível perceber pontos de integração entre as disciplinas. A organização das informações através das conexões existentes favoreceu a articulação dos conhecimentos. Em seguida foi proposta e elaboração do Projeto Interdisciplinar, uma ferramenta adequada para se planejar atividades.

O estudo da linguagem e a produção de sentido nos contos de fadas foi o ponto de união escolhido entre os conteúdos programáticos que deram origem ao projeto. Da infinidade de contos famosos, 12 foram escolhidos e os alunos foram separados em duplas. O cronograma do projeto foi dividido em duas fases, sendo uma para cada bimestre.

Na primeira fase os alunos trabalharam na pesquisa destes contos, descobrindo sua origem. Nessa fase os alunos leram diversas versões do conto, assistiram a filmes baseados na história e pesquisaram o autor original, o local e a época em que cada um foi escrito. De posse das pesquisas, os grupos passaram a analisar os materiais coletados com o desafio de interpretá-los e produzirem seus próprios textos.

Diversos diálogos sobre Greimas, Roland Barthes, Hjelmslev, Saussure, Chomsky e outros pesquisadores da linguagem, defensores da essência da significação

e sua influência na comunicação humana, foram pauta das aulas. Partiu-se do pressuposto de que a apresentação dos mecanismos de produção de sentido do texto contribui de forma decisiva na melhora do desempenho do aluno tanto na linguagem oral, quanto na escrita.

Assim, as equipes aprimoraram os conhecimentos sobre os mecanismos de construção dos textos a partir do sistema linguístico e contexto sócio histórico dos textos, além dos conhecimentos sobre os variados processos de construção dos significados (estruturas narrativas, recursos expressivos, argumentação, coesão e coerência).

A observação do tipo de texto e do modo de expressão pode conduzir à identificação do contexto e do autor, sua visão sobre eventos e, principalmente sobre pessoas. As diferentes versões encontradas nos contos de fadas ao longo dos anos mostram essas possibilidades. A partir dos estudos, os alunos puderam aprender que toda história traz manifesta a individualidade de quem a produziu, sempre com uma intenção por trás dessa narrativa.

A maneira como o narrador constrói sua argumentação apresenta a visão que deseja passar. Assim, para colocar em prática as estratégias discutidas, foram propostas às turmas a criação de versões a partir da perspectiva de outros personagens da história. Era o início da segunda fase.

Bettelheim (1978) escreve que o conto ensina à criança que não se deve ser preguiçoso. É possível encontrar nesse conto possibilidade de reconhecer e pensar sobre questões pessoais. A interpretação que faz do conto, as identificações que estabelece com as personagens e a possibilidade de lidar com as dificuldades e as resolver de forma satisfatória, contribui para que a criança aprenda a lidar com suas dificuldades existências reais, assim como, encontre caminhos para se relacionar com o meio. Com essa breve análise há um exemplo de como a ficção estabelece uma relação significativa com o real objetivo. Através dos contos, a criança faz projeções, identificações e interpreta o mundo.

Bakhtin (1995) chama a atenção para o caráter ideológico das linguagens por meio das interpretações e reinterpretações. Nesse sentido, um estudo sobre as características da linguagem, aliadas às pesquisas sobre as

intenções dos contos de fada mostrou, como exemplo, que na história dos “Três Porquinhos” fica clara a mensagem da necessidade de responsabilidade e da importância do trabalho, já que ressalta a proteção que os animais tiveram ao se esconderem do lobo na casa feita de tijolos.

Durante a nova versão apresentada na visão do Porquinho Cícero, considerado o mais preguiçoso existe uma visão “esperta”, e não preguiçosa. Não haveria necessidade de trabalhar, já que um dos irmãos havia construído a casa. O mesmo aconteceu com os demais contos.

4.Resultados

O trabalho mostrou-se bastante eficaz, pois os relatos dos participantes ao final do projeto deixaram claro o benefício dos estímulos à criatividade para pesquisas, questionamentos e produções textuais, que possam explorar e desenvolver a competência discursiva. O comportamento dos educandos também é motivo de destaque, pois a atividade promoveu a união entre os alunos.

No entanto, gerar o conhecimento não é o bastante, há necessidade de divulgá-lo. Nos dias atuais, o acesso à informação se transformou numa das principais vias de afirmação do conhecimento e da cidadania. Divulgar os resultados cumpre parte deste compromisso e permite que mais pessoas tenham acesso ao saber. Por essa razão, houve a decisão pela publicação das produções. Por meio dela, foi possível deixar registrada a importância do trabalho acadêmico sistemático e integralizado de forma interdisciplinar dentro da área pedagógica.

5.Considerações Finais

Por meio do projeto foi possível perceber a importância que existe em traçar um novo caminho tanto de pesquisa quanto de encaminhamento das atividades de formação dos futuros professores. Nos relatos dos alunos, foi possível perceber que eles identificam a importância do trabalho coletivo e do aprendizado colaborativo, além de identificarem a interdisciplinaridade como um instrumento facilitador da aprendizagem.

No campo da educação, de acordo com os participantes, a interdisciplinaridade constitui condição para a melhoria da qualidade do ensino, mediante a superação contínua da sua já clássica fragmentação, uma vez que orienta a formação global do homem.

Assim, é de responsabilidade dos professores fazer com que o aluno seja sujeito de sua aprendizagem, ciente do que irá realizar, a trabalhar com hipóteses e a encontrar soluções. Nessa perspectiva, para que sejam adquiridas essas habilidades, faz-se necessário trabalhar com práticas pedagógicas voltadas para a formação do aluno, para o exercício da cidadania plena, respeitando a individualidade, utilizando-se de conteúdos interdisciplinares e contextualizados.

5. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1995.
- ALMARIO, Alan. Profissão Professor. São Paulo: Editora Didática Paulista, 1996.
- ALMARIO, Alan. SOARES, Camila. Recontando um Conto. São Paulo: Edição do autor, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 27nov2015
- Brasil. MEC. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, com fundamento no Parecer Sesu [2004]. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>
- JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber, 1976.
- CHOMSKY, Noam – Regras e Representações. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- FAVARÃO, N. R. L.; ARAÚJO. C. S. A. Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior. EDUCERE. Umuarama, v.4, n.2, p.103-115, jul./dez., 2004.
- FAZENDA, Ivani. C. et al. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1999.
- FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo, Ática. 2006.
- FREIRE, Paulo. Conscientização – teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez Moraes, 1979.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- PETRAGLIA, I. C. Interdisciplinaridade o cultivo do professor. São Paulo: Pioneira, 1993.
- SOARES, Camila. Análise semiótica dos recursos expressivos de produção de comunicação da vinheta de abertura do Jornal Nacional. In: Revista da Universidade Ibirapuera, São Paulo, n. 1, p. 15-19, jan./jun. 2011.
- TODOROV, T. A literatura em perigo. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

RÁDIO: UMA FERRAMENTA INTERATIVA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

¹Camilla de Paula Uzam, ¹Carina Martini, ¹Alan Almario, ¹Camila Soares

¹ Universidade Ibirapuera
Av. Interlagos, 1329 – São Paulo/SP
camilla.uzam@ibirapuera.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem o anseio de apresentar o rádio como uma ferramenta de apoio no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, um pequeno histórico será traçado como objetivo de mostrar o rádio como veículo de comunicação de massa e sua importância na difusão da educação brasileira. Com o surgimento de novas tecnologias da comunicação, a informação e o conhecimento extrapolam a internet, as redes e outras tecnologias. Pensando nisso, o rádio pode ajudar pedagogicamente tanto o professor como o aluno no processo de ensino-aprendizagem, transformando-os em proativos na construção do conhecimento. É necessário tornar evidente as contribuições do rádio no ensino-aprendizagem.

Palavras chaves: Didática, Educação, Ferramentas Interativas, Rádio.

Abstract

This present study has the yearning to show the radio as a support tool in the teaching-learning process. For this purpose a little history was traced with the aim to show us the radio as a mass communication vehicle and its importance in the dissemination of Brazilian education. With the emergence of new communication technologies, the information and the knowledge go beyond the internet, networks and others technologies. So, front of these facts above, the radio can help pedagogically both the teacher and student in the teaching- learning process, becoming them into proactive in the construction of knowledge. It is necessary to make clear the contributions of radio in the teaching- learning.

Keywords: didactic, education, interactive tools, radio

1. INTRODUÇÃO

Desde sua invenção, o rádio tem como principal característica disseminar informação, entreter, oferecer música, previsão do tempo e até mesmo enviar notícias para os locais mais remotos, exercendo um papel importante na vida tanto dos grandes como dos pequenos centros urbanos. Mesmo diante tantos avanços tecnológicos, o rádio, ainda continua exercendo influência na opinião pública, pois ele é onipresente no cotidiano mesmo com a chegada de novos recursos tecnológicos. Por outro lado, é sabido que muitas rádios são utilizadas apenas para fins comerciais, quando também poderiam ser aproveitadas para fins educativos e culturais, o que certamente poderá trazer grandes contribuições para o ambiente escolar. O rádio no processo educacional consiste numa ferramenta que se explorada de diversas metodologias a integrar os educadores e educandos num ambiente reflexivo e de pesquisa, possibilita a construção de uma educação em que o ensino-aprendizagem se torna mais dinâmico possibilitando a troca de experiências.

2. O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO

O rádio nasce por um mosaico de contribuições científicas que resultaram na possibilidade de transmissão a distância da voz humana por meio de ondas eletromagnéticas. Benjamin Franklin, em 1752, aprimorou os estudos sobre a eletricidade. Claude Chappe, em 1790, apontou com o telégrafo de sinais. Samuel Morse, em 1844, avançou com o telégrafo elétrico. Daniel Ruhmkoff, em 1850, apresentou o primeiro emissor de ondas eletromagnéticas. Alexander Graham Bell, em 1876, criou o telefone. Heinrich Rudolf Hertz, em 1887, iniciou a propagação com as ondas hertzianas. Roberto Landell de Moura, em 1892, montou um aparelho apropriado para a transmissão da palavra a distância através do espaço, segundo a patente de número 3.279, só liberada em 1900. O mesmo trabalho também foi registrado por Guglielmo Marconi, em 1896, que enviou mensagem falada da Inglaterra à França. Ambos conceberam a radiotelegrafia. Reginald Aubrey Fessenden, em

1906, aplicou os princípios básicos da transmissão em amplitude modulada. Entre esses nomes, muitos outros pesquisadores, registrados na literatura nacional e estrangeira, participaram com teorias e impulsionaram com experiências o início da radiodifusão.

E quando a tecnologia acima se fez disponível no Brasil, por meio da fundação da primeira emissora regular de rádio do País, chamada Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, a curiosidade que se instalou na sociedade foi “mas o que será transmitido?”

“Conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos marcam, deste modo, as primeiras transmissões da Rádio Sociedade do Rio Janeiro. Intelectuais e cientistas estrangeiros em visita ao Brasil falam ao microfone da primeira emissora do País. É o que ocorre quando o físico alemão Albert Einstein ou o poeta e ensaísta Fillippo Tommaso Marinetti (criador do movimento futurista) vêm ao Brasil.” (FERRARETTO, p.98)

A programação também contava com aulas de português, inglês, francês, física, química e história que eram ministradas por professores que atuavam em renomadas escolas da cidade. Pode-se observar que é pelo olhar da educação e da cultura que o rádio começa a dar seus primeiros passos orientados pelos sócios Henri Morize e Edgard Roquette-Pinto que idealizaram o slogan da emissora “trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”.

O primeiro, Henri Morize, era engenheiro, professor, astrônomo, diretor da Academia Brasileira de Ciências e do Observatório Nacional hoje subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O segundo, Roquette-Pinto ficou conhecido como o “pai do rádio” e mostram os relatos que de todos os títulos, o que mais ele se orgulhava era o de professor. Mas foi antropólogo, médico, poeta, compositor, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e autor de obras relevantes como “Rondônia” que é resultado de sua presença em uma das expedições com Marechal Rondon. Neste livro, ele pode ser também notado como historiador, geógrafo e principalmente etnólogo por meio do estudo do povo indígena nas selvas da Serra do Norte. Roquette-Pinto também foi um grande parceiro do projeto Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro apoiado por Fernando de Azevedo e posteriormente pelo educador Anísio Teixeira. As escolas tinham acesso a um conjunto de programação radiofônica entre as quais “A Hora Infantil” e o “Jornal dos Professores” que beneficiavam não somente seus alunos, mas também seus familiares. Segundo artigo publicado por Nelson Ferreira, em 1936, no Boletim Oficial da Casa do Estudante do Brasil, a metodologia dessas transmissões iniciavam com uma exposição de conteúdos em linguagem acessível ao público infantil. GILIOI (2008, p.320) transcreve:

“(...) formulam as professoras questões relativas ao ponto explicado e pedem a todos os pequenos ouvintes que escrevam respondendo a essas questões, trabalhos ilustrados, verdadeiras pequenas monografias, para cuja composição deverão, como fazem os adultos, consultar livros, revistas, publicações, pedindo mesmo o conselho das professoras locais e de outras pessoas competentes. Os alunos da Rádio Escola Municipal escrevem assim minúsculos tratados sobre os assuntos que ouvem. (...) As composições são enviadas à Rádio Escola, e todas analisadas pelo microfone fazendo as professoras a apreciação e a crítica de cada qual.”

Junto a essas iniciativas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e da Rádio Escola Municipal, muitas outras emissoras foram fundadas durante os anos 20 e 30, gerando um período de implantação e estruturação dos sistemas por todo o território brasileiro. E dentro deste cenário

crescente, o governo Getúlio Vargas autorizou, em 1932, a entrada da publicidade no rádio o que impulsionou novos olhares comerciais. Se por um lado, este decreto gerou um confronto com os princípios educacionais do meio, por outro alavancou o aperfeiçoamento das produções, regulamentou a profissão dos que atuavam no setor e colaborou para a classificação que temos de radiodifusão hoje: a comercial, a comunitária e a educativa.

O rádio proporcionou a todos os seus ouvintes uma era conhecida como a de ouro entre os anos 40 e 50. Os gêneros apresentados na programação passaram a contar com grandes músicos, cantores, sonoplastas, concursos, humoristas, roteiristas, produtores, diretores e principalmente ideias criativas para novos e atraentes formatos que paralisavam a população. As potencialidades e particularidades do meio começaram a ser exploradas e o rádio continuou, de uma maneira também informal, sua trilha educacional. A principal justificativa para essa afirmação é o poder da linguagem oral enraizada nas estruturas deste meio. A linguagem oral é falada, coloquial, objetiva, simples no uso do vocabulário, porém respeitando as normas cultas. A voz pode ser enriquecida por música, efeitos e silêncio que fortalecem e facilitam a compreensão da comunicação da mensagem. Considerando a problematização com os altos índices de analfabetismo no Brasil, o rádio sempre exerceu um papel fundamental nessa questão pelas características supramencionadas. Segundo matéria publicada pela Revista Veja, em 29/01/2014:

“36 milhões de adultos analfabetos na América Latina, 38,5% são brasileiros. São cerca de 14 milhões de pessoas num país que abriga 34,2% da população latino-americana. O dado levantado entre 2005 e 2011 consta do relatório Educação Para Todos, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).” (BIBIANO, 2014).

Do passado aos dias atuais, os números sempre foram relevantes. E Roquette-Pinto profetizava:

“O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; é o consolador dos enfermos; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado.” (TAVARES, 1999, apud Roquette-Pinto)

Outra característica do meio, com forte interferência na informalidade da educação, é o poder imagético reconhecido tecnicamente como sensorialidade que fica em mais evidência a partir do surgimento das radionovelas e dos radioteatros. Em 1941, “Em busca da felicidade” abriu caminho para “O direito de nascer”, “Fatalidade”, “Uma escada para o céu”, “Presídio de mulheres”, “A predestinada”, “Acusação injusta”, “ingratidão”, “O céu está chorando” e muitas outras ao longo da história que deixaram ruas vazias em seus horários de veiculação, pois as famílias estavam juntas em seus lares, diante de um mesmo aparelho, acompanhando a programação. Os correios ficavam lotados, diariamente, com cartas dos ouvintes estimulados pela imaginação, reflexão, inspiração, sonhos e pela necessidade de compartilhar experiências sentidas e revividas por meio dos conteúdos das radionovelas.

A peça radiofônica é, substancialmente, palavra. Ruídos e sons apenas contribuem para despertar imagens. Por ser impossível “reproduzir uma ação externa visível”, o ator radiofônico conta somente “com a possibilidade de comover interiormente.” Usa a voz para suscitar sensações e emoções. Não se dirige a uma massa, mas fala com o ouvinte, com cada um, isoladamente. Embora o rádio possa contribuir para uma experiência coletiva, seus efeitos são essencialmente “individuais, isto é, o rádio leva para a vivência isolada.” (MARTINS, 1999, p.50).

No exterior, os efeitos educacionais da radionovela também são evidentes. O Canal A da Rádio Nacional de Angola, por exemplo, apresentou há anos “Camatondo” que reproduz, com fidelidade, questões atuais de interfe-

rência direta nas aldeias da região como AIDS (SIDA), preconceito, malária, civismo e surto da gripe A (H1N1). Uma das personagens principais, Belita Pequena, foi representada pela atriz CHIVUNDA que relata:

“Posso dizer com todas as letras que Camatondo é uma escola não só para a comunidade rural, mas para sociedade em geral, porque retrata sinceramente a vida de todos angolanos. Eu não sabia que esta radionovela tinha tanto impacto, mas quando fui ao Road Show na província de Malange, vi que havia uma praça com nome de Camatondo e algumas pessoas tinham apelidos de personagens da novela e tudo de acordo com o caráter da pessoa. Camatondo é nossa cultura.”

O formato radionovela, no âmbito educacional, pode tanto ser utilizado desta forma que desenvolve o imaginário do ouvinte, ou ainda como proposta das escolas em que os alunos escrevam roteiros, produzam e gravem histórias que despertem a cidadania, a conscientização, a instrumentalização, a aplicação da língua portuguesa, a adequação de vocabulário, a criatividade, a comunicação inter e intrapessoal entre outros. CONSANI (2010, p.93) completa quanto às vantagens de trabalharmos com a radionovela na sala de aula:

“versatilidade da produção, que pode ser tematizada sobre conteúdos de todas as disciplinas da grade curricular; integração de todos os recursos da radiofonia como música, sonoplastia, texto, interpretação e edição de áudio; estilo normalmente coloquial do texto que facilita a expressão escrita; ludicidade que propicia uma maior desenvoltura dos participantes na expressão oral; proximidade direta com a Literatura que é um componente obrigatório do currículo de línguas; similaridade com as formas midiáticas conhecidas da maioria dos jovens (novelas, filmes), o que facilita a interação num primeiro momento, apesar do risco de resvalar para o clichê.”

Ainda no gênero entretenimento, outros formatos como os programas musicais e de variedade podem agregar valores à educação. Da época de ouro aos dias atuais, os principais artistas ou cartazes como eram chamados, sempre ganharam a projeção desejada porque apresentavam suas canções no rádio: um dos meios mais populares, de alta penetração e abrangência que alimenta uma relação ampla com a musicalidade e sua linguagem artística.

“Pelo viés pedagógico, a música é considerada um poderoso recurso por facilitar a expressão emotiva do indivíduo de maneira lúdica, além de estimular a sensibilidade e a percepção do meio. Criar a própria programação musical e executá-la para um público ouvinte, mesmo que seja só dentro dos muros da escola, é uma atividade extremamente motivante para a maioria dos alunos. Ela exige que desenvolvam habilidades para sistematizar o trabalho, dividir decisões e pesquisar material. Dentro desta proposta, pode-se dizer que todas as disciplinas do currículo e temas transversais (aglutinados pela pluralidade cultural) podem ser contemplados por uma programação musical temática” (CONSANI, p.97)

Na mesma linha de trabalho, o noticiário radiofônico que surgiu no Brasil por meio do Repórter Esso, também aproxima ouvintes da realidade dos acontecimentos da sociedade. E dentro dos ambientes escolares, quando elaborados pelos alunos permite o direito de liberdade de expressão, a investigação, a autonomia por meio da seleção e produção de conteúdos, o desenvolvimento do senso crítico, a leitura midiática, a compreensão da função dos meios de comunicação e sua utilidade pública. Não somente o radiojornal citado acima, mas outros formatos jornalísticos como mesa redonda, debates, documentários e programa esportivo podem ter o mesmo papel na educação.

Frente a tantas possibilidades do uso do rádio como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, GARDNER (1998), associou diversas habilidades humanas ao uso do rádio como veículo para desenvolvê-las.

Tabela 1: Como trabalhar as múltiplas inteligências usando o rádio como ferramenta (GARDNER, 1998).

HABILIDADES	Como trabalhar estas inteligências utilizando o rádio como ferramenta no processo ensino-aprendizagem.
Linguística	Esta inteligência poderá ser explorada com muito êxito através do rádio na escola, no momento em que os alunos começarem a produzir os roteiros radiofônicos com a preocupação de escrever aquilo que eles irão falar, não resta dúvida que o desenvolvimento do exercício da linguística estará presente e o processo de aprendizagem terá um rendimento maior.
Lógico-matemática	A Inteligência lógico-matemática poderá ser trabalhada quando na ocasião da elaboração das pautas, onde será exigida do
	discente a estruturação, hierarquização e síntese das coisas. Isto fará com que o aluno exercite também a organização dimensionando os assuntos em pauta dentro de um determinado espaço de tempo.
Espacial	Na escola os alunos poderão trabalhar com a criação de radionovela, sociodrama, contos e fábulas e inúmeros recursos que por sua vez, conduzirá ao exercício do pensamento, dando imagem e formas aos assuntos narrados estimulado cada vez mais a criatividade.
Musical	Neste tipo de inteligência o Rádio proporciona aos alunos os mais variados recursos sonoros que servirão como uma forma lúdica de ensino-aprendizagem. Eles poderão estar escolhendo e compondo suas próprias músicas, promovendo festivais da canção, criando vinhetas, imitando sons de animais e inevitavelmente o aprendizado será mais prazeroso.
Corporal-cinestésica	Para melhor explorar este tipo de inteligência será necessário não se limitar o aprendizado a apenas o giz e o quadro negro, enquanto que a utilização dos recursos das novas tecnologias, a exemplo o rádio permitirá o contato e manuseio dos equipamentos estimulando cada vez mais o aluno.
Intrapessoal	O exercício de falar ao microfone faz com que o aluno adquira mais auto-estima, perderá aos poucos a timidez, em pouco tempo estará adotando uma atitude cooperativa e solidária.
Interpessoal	No campo das relações interpessoais os alunos estarão sempre trabalhando em grupo na elaboração de programas radiofônicos, aprende-se melhor através da interação, da cooperação com os outros, sempre respeitando as diferenças individuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas outras possibilidades de usar o rádio como ferramenta de aprendizagem na escola e fora dela, partindo sempre da premissa que o som provoca alterações físicas, intelectuais e emocionais. A aproximação com a tecnologia, a criação de espaços dialógicos que contribuam para a formação interdisciplinar dos alunos, a coo-

peração e as relações sociais também são questões vinculadas as particularidades e peculiaridades do rádio na vida de seus ouvintes ou produtores de conteúdos. Entretanto, para que esse tipo de ação seja realizada, os professores, os coordenadores e as diretorias devem elaborar um projeto com objetivos claros e relacionados aos planos de ensino, contemplando toda a infraestrutura e conhecimentos necessários para a adequação de todo o processo. Ao propormos uma metodologia interativa que desvincule o aluno dos métodos tradicionais baseados na memorização de informações é onde surge o rádio com toda a sua riqueza de recursos e peculiaridades despertando no aluno um interesse maior pelo aprendizado. Paulo Freire (2003, p. 47), dizia que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBIANO, Bianca. Unesco: 38% dos analfabetos latino-americanos são brasileiros. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/unesco-38-dos-analfabetos-latino-americanos-sao-brasileiros>>. Acesso em: 6 dezembro 2014.

BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Belo Horizonte - MG, 2003.

CHIVUNDA, Arlete Elisa. Actores de Camatondo. Disponível em <<http://camatondo.blogspot.com.br/p/actores-de-camatondo.html>>. Acesso em: 6 dezembro 2014.

CONSANI, Marciel. Como usar o rádio na sala de aula. São Paulo, São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FERRARETTO, Luiz Arthur. No ar rádio: o veículo, a histó-

ria e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

FREIRE, P. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FUKS, Hugo ET AL. O modelo de colaboração 3C no ambiente Aula Net. Informática na Educação: Teoria e Prática, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 25-48, 2004. Disponível em: <http://ritv.les.inf.puc-rio.br> Acesso em: 19 nov. 2014.

GARDNER, Howard. Inteligências – múltiplas perspectivas. Editora Artes Médicas, 1998.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette -Pinto. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

MARTINS, Fábio. Senhores ouvintes, no ar...a cidade e o rádio. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

PRADO, Magaly. História da rádio no Brasil. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.

TAVARES, Reynaldo. Histórias que o rádio não contou. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

O PAPEL DA ESTRATÉGIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Seimor Walchhütter¹; Rafael Biffarate², Glauco Belmiro Rocha³

¹²³Universidade Ibirapuera - UNIB

Av. Interlagos, 1329 – São Paulo/SP

glauco.rocha@ibirapuera.edu.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo deslocar conceitos de estratégia organizacional ao contexto educacional através de breve e relevante revisão teórica, buscando correlação entre os temas e suas relevâncias.

Palavras chaves: Estratégia, ambiente educacional

Abstract

The most important contribution of this issue is identifying the main points converted between strategy concepts and its position into the educational environment.

Keywords: strategy, educational environment

1.Introdução

O fundamento da gestão estratégica é definir diretrizes para a firma obter sucesso no ambiente competitivo. Por definição (PORTER 1979), o sucesso da firma é pautado em sua capacidade de auferir maiores lucros dentro de um mesmo setor de atividade. No entanto, ainda parece ser fruto de melhor sorte quando o assunto é a definição de estratégias planejadas em detalhes com pressupostos de planejamento em médio prazo.

Deslocando este conceito ao ambiente educacional, poderíamos questionar o papel da educação também como função social dentro do mesmo fator socioeconômico. A partir desta premissa, têm a indústria, tanto quanto as universidades, papel estratégico fundamental na inserção do indivíduo na sociedade, a primeira através de seu trabalho, o qual lhe permitirá desfrutar de uma vida social de acordo com as fronteiras do capitalismo, e a segunda, [especificamente as universidades], apresentam-se como reflexo da formação dos educandos.

Desta forma, estão correlacionados tanto a estrutura das firmas quanto do sistema educacional, sejam públicos ou privados, à sociedade. Da mesma forma que, ao definir qual o posicionamento da empresa no setor, é possível caracterizar o papel da educação formal e observar quais são suas forças e suas fraquezas nesta ou naquela formação específica, conforme exige o ambiente mercadológico altamente influenciado pela tecnologia, e com isto, evidenciar quais estratégias deverão ser adotadas pelos sistemas educacionais.

Para superar os desafios impostos pela competição no ambiente mercadológico as Universidades precisam definir mais claramente seus reais valores e suas contribuições distintas. Afinal, qual o verdadeiro papel das universidades na formação dos novos potenciais gestores das organizações sejam elas públicas, privadas, exércitos ou não governamentais? Será que seu papel é ensinar qualificações ou conhecimentos profundos? De acordo com Deming (1989 p.51), "As Universidades

têm a obrigação de preparar os alunos para o futuro, não para o passado". Precisa também criar condições em sua estrutura visando manter e/ou sustentar tais capacitações ao longo do tempo, enfatizando a aquisição de recursos estratégicos visando o desenvolvimento de capacitações novas e inovando experiências já existentes, solidificando de certa forma sua participação no mercado e garantindo alternativas futuras. Basicamente a dicotomia entre as necessidades da firma e os ensinamentos proporcionados pelo ensino acadêmico, refletem a variação das estruturas organizacionais de ambos os agentes envolvidos, sugerindo que as forças de equilíbrio não estão alinhadas para definir desempenho satisfatório de ambas as instituições, mas apenas demonstram que, de um lado, empresas com suas estruturas voltadas às exigências e variações de mercado superem umas as outras e apresentem desempenho superior, e de outro lado, sendo fundamental que as Universidades também descubram este caminho e desenvolvam recursos inigualáveis e que possam utilizá-los como elementos diferenciais de suas estratégias competitivas, assim como as organizações.

Fundamentada na teoria da organização industrial a sustentabilidade (financeira) das firmas é determinada pelo comportamento ou conduta estratégica dos agentes envolvidos – e este é determinado pela estrutura da indústria nas quais as firmas atuam (GHEMAWAT, 1999). Neste sentido, trabalhos de autores como Prahalad e Hamel (1990), evidenciam que a formação de capacidades essenciais é caracterizado por um conjunto de habilidades que permitem às organizações explorarem novos nichos de mercado através de seus recursos principais, os quais incluem pessoas. Como então explicar a disfunção com o papel das universidades como instrumento de capacitação de profissionais?

Da mesma forma as universidades devem detectar sua própria conduta estratégica e criar mais valor aos estudantes os quais possam determinar claramente quais são seus valores às indústrias, e por consequência, à sociedade, (ABREU, 2009; WEBER, 2010).

Muitos analistas sugerem que as famílias não utilizam o sistema público ou privado de educação adequadamente. Todavia, a educação é um serviço de custo real na renda familiar, passando a ser um recurso escasso.

À primeira vista, ao analisarmos alguns dados do IBGE relativos aos gastos médios das famílias com o ensino universitário, esta hipótese parece se verificar, indicando que os gastos médios em educação não passam de 4.2%, sendo que podem cair até a 1% da renda familiar (IBGE, 2009a), ao ser específico sobre os gastos relativos ao ensino superior. Outra hipótese sobre este fenômeno é que os gastos com educação podem ser inelásticos, ou seja, em cada incremento de 1% na renda familiar, a despesa com educação em ensino superior aumenta de 0,31% (IBGE, 2009a).

	2002 / 2003	2008 / 2009
Gastos com Educação	4.2%	3.1%
Regular	1.3%	0.8%
Superior	1.4%	1.0%
Outros	0.8%	0.8%
Livros	0.1%	0.1%
Artigos Acadêmicos	0.3%	0.2%
Outros	0.3%	0.2%

*Fonte: Elaborado pelo autor. IBGE. Pesquisa de orçamento familiar. Rio de Janeiro, 2009a .

2.Método

Para atender aos objetivos deste trabalho fez-se utilização da pesquisa qualitativa através de breve revisão bibliográfica com o objetivo de atingir respostas à correlação entre estratégia organizacional e sistema educacional. Este tipo de pesquisa se converge às rápidas mudanças sociais, bem como às diversificações do modo de vida mundial, os quais exigem cada vez mais novas pesquisas sociais sob diferentes contextos e perspectivas. Portanto, os pesquisadores atentam-se a fazer uso de técnicas cada vez mais indutivas (FLICK, 2004, p.12-13).

Esta metodologia mostrou-se ser a mais adequada para este trabalho investigatório, pois permite entender o objeto de pesquisa segundo suas particularidades. A revisão

da literatura foi utilizada para interpretação desta correlação. Nesta direção (CRESWELL 2007, p.89) justifica um projeto qualitativo para se compreender uma problemática de pesquisa ao explorar um fenômeno ou um conceito.

3.Resultados

Na busca pela formação de suas competências distintas, as organizações e as Universidades encontram fontes inesgotáveis de recursos a serem explorados gerando vantagem competitiva em seu ambiente mercadológico de forma conjunta, sendo foco essencial para o desenvolvimento de uma operação integrada e única.

Entender que esta integração deve concentrar seus esforços nas expectativas que o mercado globalizado manifesta, e a partir daí atender suas perspectivas futuras, permite manter os educandos conquistar novas habilidades pelas quais são gerados resultados de forma duradoura, os quais se refletem nos desenvolvimentos sociais e oportunidades cruzadas, perpetuando assim um ciclo que se renova, consolidando organizações e universidades numa relação intrínseca com a sociedade.

4.Discussões e Conclusões

A estrutura estratégica organizacional aliada ao ensino acadêmico, fundamenta a vantagem competitiva dos indivíduos e do país, permitindo por consequência, desenvolvimento real da sociedade.

Compete portanto, à esta união, identificar os fatores responsáveis pelo sucesso ou fracasso das empresas em diferentes contextos, tendo em vista uma combinação de fonte de recursos e de capacidades, cuja forma de atuação depende de suas estratégias para perceber e antecipar as incertezas de mercado, e principalmente as preferências e tendências do mercado (AMIT; SCHOEMAKER, 1993).

5. Limitações do Estudo

Este estudo, oferece contribuição aos estudos sobre estratégia e ensino acadêmico com rigor e relevância. Contudo, registra algumas limitações.

Inicialmente este estudo não objetivou analisar os riscos de investimentos para os stakeholders. Além disso, restringiu-se à revisão teórica apresentada. Finalmente, o estudo não considerou outras variáveis importantes como as limitações da tradição da organização industrial (inércia organizacional versus estratégia competitiva) e as limitações dos recursos acadêmicos específicos. As conduções das políticas econômicas e influências de investimentos no setor de ensino público como fator estratégico.

Sugere-se, portanto, para pesquisas futuras, a utilização de metodologia de cunho misto, qualitativa e quantitativa e estudos empíricos de casos múltiplos, afim de confrontar a teoria apresentada com dados mercadológicos empíricos.

O Mapa Metodológico a seguir tem por finalidade apresentar sob forma de esquema visual, uma sugestão de pesquisa metodológica.

6. Referências

- ABREU, Jr. Sistema(s) de Avaliação da Educação Superior Brasileira. CAD. CEDES, v.29, n.78, p.257-259, 2009.
- AMIT, R., SCHOEMAKER, P. Strategic assets and organizational rents. Strategic Management Journal, v.14, n.1, p.33-27. 1993.
- CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEMING, W. E. Fundamentos para a Gerência de Qualidade no Mundo Ocidental. Saraiva. Rio de Janeiro, 1989.
- FLICK, U. Uma introdução a Pesquisa Qualitativa. 2ª ed. Porto Alegre: Bookmam, 2004.
- IBGE. Pesquisa e Orçamento Familiar. Rio de Janeiro, 2009a.
- PORTER, M. E. How Competitive Forces Shape Strategy. Harvard Business Review, v.57, n.2, p.137. 1979.
- PRAHALAD, C.; HAMEL, G. The Core Competence of the Corporation. Harvard Business Review. p.79-91. may./jun., 1990.
- WEBER, S. Avaliação e Regulação da Educação Superior: conquistas e impasses. Educ. Soc., v.31, n.113, p.1247-1269, 2010.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A Revista da Universidade Ibirapuera é uma publicação semestral da Universidade Ibirapuera.

1. Missão

A Revista da Universidade Ibirapuera tem como missão auxiliar a divulgação de trabalhos realizados por alunos de iniciação científica, profissionais, pós-graduandos e professores.

2. Instruções Gerais

Os artigos devem ser enviados para o e-mail: revista@ibirapuera.br e duas cópias impressas para:

Prof.^a Camila Soares
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Av. Interlagos, 1329 – 4º andar – Chácara Flora
CEP 04661-100 – São Paulo/ SP

As seguintes contribuições serão consideradas para publicação: trabalhos científicos originais, relatos de casos de interesse especial, notas técnicas (comunicações breves), revisões, editoriais (mediante convite dos editores), revisões de livros e cartas ao editor.

Reservam-se à Revista da Universidade Ibirapuera todos os direitos autorais do trabalho publicado, inclusive de tradução, sem remuneração alguma aos autores do trabalho. Por ocasião do aceite do artigo, o autor correspondente (responsável) receberá um formulário de cessão de direitos autorais, que deverá retornar firmado por todos os autores

Os artigos serão submetidos à revisão pelo Conselho Editorial e pelo Conselho Científico (revisão por pares). A decisão final de aceitação ou rejeição de artigos é tomada soberanamente pelo Conselho Editorial. Artigos serão considerados para publicação no entendimento de que não estejam submetidos simultaneamente para publicação em outra Revista, em qualquer idioma.

Os trabalhos não aceitos pelo Corpo Editorial serão devolvidos aos autores. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião do Corpo Editorial. À Revista reservam-se todos os direitos autorais do trabalho publicado, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição e com a devida citação da fonte. A data de recebimento e aceitação do original constará, obrigatoriamente, no final do mesmo, quando da sua publicação. Quando houver experimentos realizados in vivo em homens ou animais, devem vir acompanhados com aprovação do Comitê de Ética que analisou a pesquisa. Os seres humanos não poderão ser identificados a não ser que dêem o consentimento por escrito. Os nomes dos autores devem aparecer apenas na página de título, não podendo ser mencionados durante o texto.

3. Submissão de Trabalhos

Os trabalhos devem ser apresentados em formato Word for Windows, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, tinta preta, páginas numeradas no canto superior direito. As páginas devem ser no formato A4, incluindo as referências, ilustrações, quadros, tabelas e gráficos. O número máximo de páginas por artigo é de vinte (20). O número máximo de autores por artigo é de seis (06).

Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações devem estar em alta resolução, ser limitados ao mínimo indispensável, identificados e numerados consecutivamente em algarismos arábicos. No corpo do texto deve vir a posição aproximada para sua inserção.

Os trabalhos encaminhados podem ser escritos em português, espanhol ou inglês. Os artigos enviados em português e espanhol devem conter o resumo também em inglês (abstract).

Abreviações oficiais poderão ser empregadas somente após primeira menção completa.

Deverão constar, no final dos trabalhos, o endereço completo de todos os autores, afiliação, telefone, fax e e-mail para encaminhamento de correspondência pela comissão editorial.

3.1 Cabeçalho

Título do artigo em português (letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial, tamanho 12 parágrafo centralizado, subtítulo em letras minúsculas (exceção para nomes próprios e em inglês).

3.1.1 Apresentação dos Autores do Trabalho

Nome completo, afiliação institucional (nome da instituição de vínculo (se é docente, ou está vinculado a alguma linha de pesquisa), cidade, estado e e-mail.

3.2 Resumo e Abstract

É a apresentação sintetizada dos pontos principais do texto, destacando as considerações emitidas pelo autor. Para elaboração do resumo, usar no máximo 250 palavras. Palavras-chave e Keywords: . O número de descritores desejados é de no mínimo três e no máximo cinco.

3.3 O Corpo do Texto

3.3.1 Introdução: Deve apontar o propósito do estudo, de maneira concisa, e descrever quais os avanços que foram alcançados com a pesquisa.

3.3.2 Discussão

Interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos existentes, principalmente os que foram indicados anteriormente na introdução. Essa parte deve ser apresentada separadamente dos resultados.

3.3.3 Referências e Citações

Devem ser abreviadas no corpo do texto e em notas de pé de página (autor, ano da publicação e, quando for o caso, página) e completas nas referências no final do texto, segundo as normas para apresentação de trabalhos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Declaração:

Título do artigo: _____

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) submeto(emos) o trabalho intitulado acima à apreciação da **Revista da Universidade Ibirapuera** para ser publicado, declara(mos) estar de acordo que os direitos autorais referentes ao citado trabalho tornem-se propriedade exclusiva da **Revista da Universidade Ibirapuera** desde a data de sua submissão, sendo vedada qualquer reprodução total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação de qualquer natureza, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e obtida junto à **Revista da Universidade Ibirapuera**. No caso de o trabalho não ser aceito, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada, sendo feita a devolução do citado trabalho por parte da Revista da Universidade Ibirapuera. Declaro(amos) ainda que é um trabalho original sendo que seu conteúdo não foi ou está sendo considerado para publicação em outra revista, quer no formato impresso ou eletrônico. Concordo(amos) com os direitos autorais da revista sobre o mesmo e com as normas acima descritas, com total responsabilidade quanto às informações contidas no artigo, assim como em relação às questões éticas.

Data: ___/___/___

Nome dos autores Assinatura

